



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**VIII Legislatura**

**Número: 76**

**III Sessão Legislativa**

**Horta, Quarta-Feira, 13 de Junho de 2007**

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*

**Secretários:** *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (Substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado Mark Marques).*

### Sumário

*(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 17 minutos)*

#### **Período de Informação Parlamentar:**

Após a leitura da correspondência, passou-se ao período destinado à emissão de votos.

- Voto de Congratulação pela passagem do 1º Centenário da Filarmónica “Recreio dos Pastores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre este voto usaram da palavra os Srs. Deputados Cláudio Lopes (*PSD*), que fez a apresentação do mesmo e Lizuarte Machado (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação ao Deputado Federal na Câmara dos Comuns de Ottawa, Mário Silva, apresentado pelo PSD.

A apresentação deste voto coube ao Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), seguido de uma intervenção do Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Vila Nova, apresentado pelo PS.

Após a apresentação feita pelo Sr. Deputado Osório Silva (*PS*) e da intervenção do Sr. Deputado António Ventura (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação pela passagem dos 125 anos da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, apresentado pela Sra. Deputada Piedade Lalanda (*PS*).

O voto foi aprovado por unanimidade, após uma intervenção da Sra. Deputado Maria José Duarte (*PSD*).

- Voto de Congratulação pelo 25º Aniversário do Centro de Oncologia dos Açores, apresentado pela Sra. Deputada Fernanda Trindade (*PS*).

Após uma intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão (*PSD*), o voto foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Saudação pela passagem do IV Centenário da morte de Bento de Góis, apresentado pelo Sr. Deputado Henrique Ventura (*PS*).

O voto foi aprovado por unanimidade, após uma intervenção do Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*).

Para uma **Declaração Política** usou da palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*).

Na sequência desta declaração, usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Para uma **Comunicação à Assembleia** usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Na sequência desta comunicação, usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

Para **tratamento de assuntos de interesse político relevante**, usaram da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*),

Pedro Gomes (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

### **Agenda da Reunião:**

#### **1º Continuação do debate sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional “SIDER” – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento da Região.**

No debate deste diploma usaram da palavra os Srs. Deputados Jaime Jorge (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Alberto Pereira (*PSD*), José Rego (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Fez uma declaração de voto o Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*).

#### **2º Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que promova medidas adequadas tendo em vista a revalorização e reestruturação das carreiras de todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes”, apresentado pelo CDS/PP.**

Após a apresentação do Projecto, feita pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetido à votação, o Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

#### **3º Projecto de Resolução – “Estabelecimento dos Açores como “Região pela vida”, apresentado pelo CDS/PP.**

No debate deste Projecto usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), que fez a sua apresentação, Cláudia Cardos (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Fez uma declaração de voto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

*(Os trabalhos terminaram às 19 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos proceder à chamada dos Srs. Deputados.

*(Eram 15 horas e 15 minutos)*

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

***Partido Socialista (PS)***

**Alberto da Silva Costa**

**Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**António José Tavares de Loura**

**Catarina Paula Moniz Furtado**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Fernanda Correia Garcia Trindade**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Guilherme de Fraga Vicente Nunes**

**Hélder Guerreiro Marques Silva**

**Henrique Correia Ventura**

**Hernâni Hélio Jorge**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Gaspar Rosa de Lima**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Luís Paulo de Serpa Alves**

**Manuel Avelar Cunha Santos**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano**

**Mariana Rego Costa de Matos**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral**

**Osório Meneses da Silva**

**Rogério Paulo Lopes Soares Veiros**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Aires António Fagundes dos Reis**

**Alberto Abílio Lopes Pereira**

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Lima Cardoso Ventura**

**António Maria da Silva Gonçalves**

**António Pedro Rebelo Costa**

**Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins**

**Cláudio José Gomes Lopes**

**Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses**

**Jaime António da Silveira Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

**Jorge Manuel de Almada Macedo**

**José Manuel Avelar Nunes**

**Luís Henrique da Silva**

**Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte**

**Mark Silveira Marques**

**Pedro António de Bettencourt Gomes**

**Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira**

**Presidente:** Estão presentes 46 Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à leitura da correspondência.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 387/90, de 10 de Dezembro, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de Educação e Ensino não Superior Públicos.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais parecer sobre o Projecto de Resolução do Conselho de Ministros que designa o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., como organismo nacional de coordenação do Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

**Secretário** (*António Loura*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais relatório a que se refere o artigo 103º do Regimento da assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

**Secretário** (*Cláudio Lopes*): Da Comissão Permanente de Assuntos Sociais relatório e parecer sobre o Projecto de Resolução – “Estabelecimento dos Açores como “Região pela Vida”.

**Presidente:** Apresentada a correspondência vamos passar ao período destinado à emissão de votos.

Deram entrada na mesa alguns votos e dava a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Lopes para apresentar um voto de congratulação pela passagem do 1º Centenário da Filarmónica “Recreio dos Pastores”.

Entretanto vai ser momentaneamente substituído pelo Sr. Deputado Mark Marques.

*(Neste momento o Secretário da mesa, Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo Sr. Deputado Mark Marques)*

**Deputado Cláudio Lopes** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Congratulação

1º Centenário da Filarmónica “Recreio dos Pastores”

A Filarmónica “Recreio dos Pastores” foi fundada a 23 de Junho de 1907, conforme atesta uma acta da Junta de Paróquia da Freguesia de São João, da ilha do Pico.

Foram seus fundadores, José Vieira Cardoso Peixoto (seu 1º Presidente), João Silveira Pimentel (José do Pedro), Manuel Francisco de Simas, João de Brum Bettencourt

(Saramago), Manuel Vieira Madruga (Barroso), João Vieira Madruga (Barroso), António de Brum Silveira, António Silveira Martins, António Rodrigues (sogro do Leonardo), Silveira Vieira (conhecido por Vieira Pataca), Gaspar das Neves e Casaca de Ferro (alcunha por que era conhecido).

Foi seu primeiro regente Manuel Batista. A ele sucederam-lhe os maestros: Manuel Garcia da Rosa, Manuel José Santos, David Leal Ferreira, Gil Xavier, Manuel Bernardo Maciel, João Rodrigues Ferreira, Emílio Porto, Manuel Joaquim Cabral, Olga Ávila, Manuel Xavier Bettencourt, Zulmiro, Mário Maciel, Paulo Renato e Aníbal Gonçalves (actual maestro).

Actualmente a banda é composta por 41 elementos, todos da freguesia de São João, a maior parte adolescentes e jovens, com uma das médias etárias mais baixas que se verificam nas bandas filarmónicas da ilha e da Região. Mais de 80% dos seus elementos tem menos de 25 anos.

Para além de, ao longo dos anos, abrilhantar as festas religiosas e profanas da freguesia, tem tido idêntica participação em diversas freguesias da ilha e de outras ilhas dos Açores, como o Faial, as Flores, São Miguel, Graciosa, Terceira e São Jorge.

Já realizou intercâmbios com as bandas: “União Popular”, da Ribeira-Seca e “Recreio de São Lázaro” do Norte Pequeno, ambas da ilha de São Jorge; a “Pedroguense”, de Castelo Branco; e “União dos Amigos”, das Capelas, ilha de São Miguel.

Em 2005 fez uma digressão ao Canadá a convite da Comunidade Paroquial de São José de Oakville, participando nas festividades do Sr Bom Jesus Milagroso em Oakville e na festa do Senhor da Pedra em Toronto, visitando ainda as comunidades em Stratroy.

Em Setembro passado gravou o seu primeiro CD, lançando-o a público em 20 de Maio do corrente ano, cerimónia integrada nas comemorações do centenário da Filarmónica.

É José Armindo Alves Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia, Presidente da Casa do Povo e ainda Presidente da Sociedade Filarmónica “Recreio dos Pastores” há 16 anos, quem tem a subida honra de organizar os festejos comemorativos da passagem do 1º centenário da Filarmónica “Recreio dos Pastores”.

Com todas as naturais vicissitudes porque passa uma Instituição desta natureza ao longo de um século, as quais incluem crise de falta de instrumental, de tocadores, de regentes e/ou de dirigentes, é, na realidade, motivo de grande satisfação e orgulho para uma

comunidade com pouco mais de 4 centenas de habitantes, alcançar, com mérito, o seu 1º centenário.

Para tal foi necessário, tantas vezes, resistir, persistir e mobilizar o empenho e o esforço de muitos cidadãos de boa vontade.

**É que, 100 anos é muito tempo. Muitos dias, muitas eras a tocar.**

São muitos dias e muitas horas “roubadas” à vida familiar e também à vida profissional, para as oferecer à Sociedade e as investir na preservação da nossa Cultura mais tradicional.

Independentemente da sua qualidade artística, uma Filarmónica, numa freguesia rural, é um pilar importante da cultura, mas também, e fundamentalmente, um pilar importante de formação para os nossos jovens. Formação musical e formação cívica. É que nos nossos meios mais ruralizados, uma Filarmónica, para além de representar uma espécie de **“conservatório do povo”**, assume-se, também, como uma **“escola de preparação para a vida”**.

Uma Filarmónica é uma força agregadora do espírito comunitário, inter-classicista e intergeracional. Congrega, numa saudável convivência, os mais letrados e os menos letrados, os mais abastados e os menos abastados, jovens e menos jovens. A música é, porventura, o fenómeno, mais universal, mas também, provavelmente, o que induz a uma maior equidade social.

Por isso é importante que os poderes públicos incentivem cada vez mais este património cultural que é de todos nós, que ocupa mais de um século da nossa história, que é transversal a toda a sociedade açoriana e que continua a desempenhar um papel insubstituível e ímpar na nossa identidade cultural, na saudável ocupação dos tempos livres da nossa Juventude, e na sua formação integral enquanto cidadãos. As Filarmónicas são ainda veículos importantes de promoção e divulgação da nossa cultura, dando, por via dos intercâmbios que realizam com as suas congéneres de outras partes do país e até do estrangeiro, um contributo importante para a promoção turística da nossa Região.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, propõe a aprovação do presente voto de congratulação, felicitando os actuais sócios, dirigentes, filarmónicos e maestro da Filarmónica “Recreio dos Pastores”, pela passagem do seu 1º centenário, reconhecendo o mérito social desta instituição, e desejando-lhe



longa vida, para que possa assim continuar a contribuir para a preservação do nosso património cultural.

Horta, 12 de Junho de 2007

O Grupo Parlamentar do PSD, *Clélio Meneses, Cláudio Lopes, Jaime Jorge, Maria José Duarte e Aires Reis*”.

Está aberto o debate sobre este voto.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como diz o voto, 100 anos é muito tempo, sobretudo para uma instituição como uma filarmónica que luta no dia-a-dia com imensas dificuldades, como, aliás, lutam no dia-a-dia todas as filarmónicas da nossa Região e particularmente numa freguesia com cerca de 300 habitantes, onde, para manter no activo uma filarmónica com mais de 40 elementos, é necessário um envolvimento total da freguesia, de todos os seus habitantes.

Efectivamente o centenário desta filarmónica, atendendo à dimensão populacional da freguesia, tem um significado muito especial. Não é a mesma coisa uma filarmónica fazer 100 anos numa freguesia de 100 habitantes ou uma filarmónica numa freguesia de 10 ou 12 mil habitantes como algumas que, felizmente, também temos na Região.

Portanto, 100 anos é muito tempo e é uma presença muito viva, muito activa e muito marcante na vida desta comunidade e na vida do Pico que continua a ter no activo 13 filarmónicas. É obra numa ilha com um pouco menos de 15 mil habitantes.

As filarmónicas, de facto, desempenham um papel indiscutível e ímpar na nossa identidade cultural, como diz o voto, e os intercâmbios são importantes veiculos de promoção cultural e da promoção da Região.

Por tudo isto é com gosto que nos associamos a este voto e não deixo de fazer uma chamada de atenção para a necessidade eventual de termos todos que rever o tipo de apoios que dispensamos a este tipo de instituições.

Muito obrigado.

**Presidente:** Parecendo não haver mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de congratulação, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Mais um voto de congratulação, apresentado pelo PSD, ao Deputado Federal na Câmara dos Comuns de Otava, Mário Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

#### “Voto de Congratulação

O Deputado Federal na Câmara dos Comuns de Ottawa, Mário Silva, açoriano natural da Ribeira Grande, que emigrou para o Canadá nos anos 70, receberá as insígnias de Chevalier de l’Ordre National de la Legion d’Honneur das mãos do Embaixador da República Francesa no Canadá, no próximo dia 23 de Junho.

A Ordem Nacional da Legião de Honra é conferida pelo Presidente da República Francesa e trata-se da mais alta condecoração atribuída pela França aos que demonstram mérito notável no serviço público, profissional ou militar ou como retribuição aos cidadãos estrangeiros que têm servido a França ou ajudado nas causas em que a França esteja envolvida.

Trata-se sem dúvida de uma distinção muito especial para o Deputado Federal Mário Silva, não só pelo significado histórico da Ordem, mas também pelo serviço público que este açoriano tem prestado à França.

Antes de ser eleito em 2004, para a Câmara dos Comuns, Mário Silva foi Vereador e Vice-Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Toronto e é o primeiro e único deputado de origem portuguesa no Parlamento de Ottawa, tendo sempre advogado os interesses das minorias linguísticas em geral, nomeadamente as comunidades açoriana e francófona de Toronto.

Nos seus mandatos na Câmara Municipal, Mário Silva fez parte do Comité Francês de Toronto e foi graças aos seus esforços que a cidade passou a oferecer melhores serviços em francês aos seus cidadãos, colaborando ainda com o *Centre francophone de Toronto*, na promoção da cultura francófona.

Na sua qualidade de Deputado Federal, Mário Silva faz parte da Conselho de Administração da Associação Interparlamentar Canadá-França, dando continuidade aos esforços de defesa dos direitos das comunidades imigrantes e das minorias linguísticas, participando ainda na administração do Conselho das Artes de Toronto, na Alliance Française e no Grupo Amigos da França no Canada, grupo do qual é membro fundador e presidente.

Mário Silva é também detentor da Ordem de Mérito da República Portuguesa, a qual reconhece actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, no interesse da República Portuguesa.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutários, o PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Congratulação pela atribuição da Legião de Honra pelo Presidente da República Francesa, ao nosso compatriota, o Deputado Federal na Câmara dos Comuns de Ottawa, felicitando Mário Silva por tão elevada distinção.

Horta, 13 de Junho de 2007.

**O Deputados Regionais, Clélio Meneses, António Pedro Costa e José Manuel Bolieiro”.**

**Presidente:** Está aberto o debate sobre este voto. Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entendeu o PSD propor um voto de congratulação pelo reconhecimento que a República Francesa prestou a um conterrâneo nosso.

Um voto que destaca o serviço público que este açoriano tem prestado à França, como por exemplo o facto da Câmara Municipal de Toronto oferecer melhores serviço em francês e também destacando o facto de Mário Silva fazer parte do Conselho de Administração da Associação Interparlamentar Canadá/França.

Este reconhecimento é justo, tem os seus pressupostos que estão aqui formulados no voto e da nossa parte apoiamos este voto.

No entanto, gostaríamos de salientar a importância que efectivamente Mário Silva tem tido, não só agora na qualidade de Deputado Federal, como antes em outros

cargos públicos que desempenhou, o papel que tem tido em relação a outras minorias e à defesa dos interesses portugueses que foram, aliás, os motivos que levaram a também ser agraciado no passado com a Ordem de Mérito da República Portuguesa. Portanto, nesta altura gostaríamos de salientar esse papel que a personalidade em causa tem tido em relação às comunidades portuguesas e, em particular, às comunidades açorianas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste voto de congratulação que presta homenagem ao Sr. Deputado Federal, Mário Silva.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Um voto de congratulação pela passagem dos 25 anos do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Vila Nova.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osório Silva.

**Deputado Osório Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

#### “Voto de Congratulação

O Grupo Folclórico da Casa do Povo da Vila Nova foi fundado no dia 24 de Junho de 1982, completando deste modo no corrente mês 25 anos de existência. Desde então, este grupo tem vindo a participar em diversas actividades culturais e festivas, bem como intercâmbios com outros grupos de vários pontos do nosso País e Comunidades.

Este agrupamento conta actualmente com 40 elementos: um ensaiador, três tocadores de viola da terra e quatro tocadores de violão. No que concerne às vozes, tem três masculinos e três femininos, vinte e quatro bailadores, sendo 12 mulheres e 11 homens, contando ainda com três porta estandartes, trajados a rigor.

Estes demonstram à comunidade em geral e aos que nos visitam, o que o nosso povo usava, como cantava e bailava em tempos longínquos. O seu reportório é composto

por 23 modas dançadas e cantadas como antigamente. Esta realidade deveu-se a um esforço de pesquisa por parte dos elementos que constituem o grupo.

A sua denominação de Grupo Folclórico da Casa do Povo da Vila Nova, ocorre a partir de 1990, aquando da sua integração na Casa do Povo. Esta nova realidade veio permitir que o mesmo tivesse mais valias, quer em termos financeiros, quer em termos de estrutura física, uma vez que passou a ter ao seu dispor uma sala para ensaios e convívio com outros grupos folclóricos.

O grupo ao longo de várias gerações tem vindo a participar em diversas festas populares da Ilha Terceira e conta com actuações na Ilha do Pico, Santa Maria, Graciosa, São Miguel, Flores, nas Cidades de Toronto e Montreal, e em muitas localidades do país. Um dos seus momentos altos ocorreu em 2006, aquando do lançamento do seu primeiro DVD, intitulado “Vila Nova Terra de Tradições”. Foi um trabalho considerado de excelência pela sua qualidade, fruto de vários meses de trabalho, projectando, assim, da melhor forma algumas vivências do seu povo.

Pelo acima exposto propomos que esta Assembleia emita o seguinte Voto de Congratulação:

*“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida a 13 de Junho de 2007, congratula-se pela passagem do vigésimo quinto aniversário do Grupo Folclórico da Casa do Povo da Vila Nova na ilha Terceira felicitando os seus antigos e actuais elementos e dirigentes, e fazendo votos para que este trabalho profícuo perdure no tempo.”*

Sala das Sessões, 13 de Junho de 2007.

**Os Deputados Regionais,** *Francisco Coelho, Cláudia Cardoso, Osório Silva, Fernanda Trindade, António Toste e José Lima”.*

**Presidente:** Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

**(\* Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se a este voto recordando a importância desta manifestação popular de freguesia, através deste grupo, na preservação cultural que a mesma freguesia quer fazer para a Ilha e para os Açores.

É um grupo caracterizado pela sua juventude e pelo seu dinamismo que em muito tem contribuído para o conhecimento da ilha e dos Açores no exterior e principalmente é um grupo que faz um forte elo de ligação entre os Açores e as comunidades de emigrantes.

Pela importância de tudo isto, nós associamo-nos a este voto.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar este voto de congratulação pelos 25 anos de existência deste Grupo Folclórico da Casa do Povo da Vila Nova.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ainda a outro voto de congratulação pelas comemorações dos 125 anos da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus.

Tem a palavra, para apresentar este voto, a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

**Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

#### “Voto de Congratulação

No passado dia 31 de Maio decorreu o encerramento das comemorações dos 125 anos da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, fundada por Bento de Menni, irmão de São João de Deus, canonizado em 1999 pelo Papa João Paulo II, que o apelidou o “Profeta da Hospitalidade”.

Hospitalidade, conceito cujo significado estamos habituados a associar ao bom acolhimento, mas que as ordens hospitaleiras assumiram para com aqueles que a sociedade muitas vezes esquece e sobretudo estigmatiza, os doentes com problemas do foro mental ou psiquiátrico.

Animado por este sentido de hospitalidade, Bento Menni, ao ser enviado por Pio IX a restaurar a ordem Hospitaleira em Espanha, acaba por fundar, em Granada, a ordem hospitaleira feminina, movido pela necessidade de apoiar as doentes mentais que eram abandonadas à sua sorte nos Hospitais gerais.

Nos Açores, onde esta congregação se encontra desde a década de sessenta, do século passado, as irmãs do Sagrado Coração de Jesus prestam um importante serviço na

Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição em São Miguel e na Casa de Saúde Espírito Santo na Terceira.

Vocacionadas para cuidar de mulheres vítimas de doença ou perturbações mentais, as irmãs hospitaleiras criaram outros serviços não menos importantes, nomeadamente ao nível da reintegração social das doentes internadas quer em termos de inserção no mercado de trabalho, quer em termos de aprendizagem de hábitos da vida quotidiana que permitam a autonomia fora da instituição, como pretende a Unidade de Treino recentemente criada na Terceira.

Importa ainda realçar os serviços de geriatria que acolhem muitas idosas, algumas em fase final de vida, necessitando de cuidados diários e de uma assistência de enfermagem.

Num ano dedicado à igualdade de oportunidades para todos, é urgente alertar para a marginalização e o estigma que ainda recai sobre aqueles que sofrem de perturbações mentais: esquecidos nas instituições, encerrados nas suas casas ou nos seus quartos, evitados nas escolas ou votados ao silêncio nos hospitais, os doentes mentais carecem de uma atenção especial, e dizer especial deveria significar melhor, diferente, adaptada.

Essa é a missão que as Irmãs Hospitaleiras assumem diariamente e que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda, nos termos regimentais, propondo um voto de congratulação pelos 125 anos decorridos sobre a fundação da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus.

Horta, Sala de Sessões 13 Junho 2007

**Os Deputados Regionais do PS,** *Francisco Coelho, Piedade Lalanda e Manuel Herberto Rosa*”.

**Presidente:** Está aberto o debate. Tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

**(\*) Deputada Maria José Duarte (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pelos 125 anos decorridos sobre a Fundação da Ordem Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus que foi fundada por Bento de Menni, irmão de S. João de Deus, canonizado pelo Papa João Paulo II em 1999.

Gostaríamos de salientar que a Congregação Hospitaleira do Sagrado Coração de Jesus encontra-se nos Açores desde os anos 60, do Século passado, e tem prestado um importante contributo não só à Casa de Saúde do Espírito Santo, na Ilha Terceira, e à Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição, em S. Miguel, mas também no que respeita à inserção no mercado de trabalho e à aprendizagem de hábitos da vida quotidiana das doentes internadas naquelas instituições.

Obrigada.

**Presidente:** Não há mais intervenções, vamos votar este voto de congratulação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Mais um voto de congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pela passagem dos 25 anos da fundação do Centro de Oncologia dos Açores.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Trindade.

**Deputada Fernanda Trindade (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

#### “Voto de Congratulação

Hoje, dia 13 de Junho, é uma data significativa para os Terceirenses. Foi precisamente nesta data, há 25 anos, que nasceu o Centro de Oncologia dos Açores. Centro Anti – Canceroso, como lhe chamaram os seus primeiros impulsionadores.

A instalação de um Centro desta natureza leva tempo, desde o nascer da ideia até à sua real concretização.

Em finais da década de 40 do século passado fazem-se os primeiros esforços no sentido de se implementar, também, nos Açores a luta contra o cancro. O Governador Civil de então, na ilha Terceira, Dr. Cândido Forjaz, atento a esta necessidade, desafia o seu ex-discípulo, professor José Conde, natural da ilha Graciosa e, na época, médico em Lisboa. Ambos lutam pela concretização deste projecto. Os seus primeiros contactos com o Instituto Português de Oncologia iniciaram-se só na década de 50.



Apesar dos esforços, a instalação do Centro tardava. Mas porque muitos sentiam a necessidade de uma estrutura concreta que apoiasse o doente oncológico nos Açores, nasce então, na Terceira, o Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Este com objectivos bem definidos começa rapidamente a empenhar-se no referido projecto de instalação do Centro.

Com o surgimento do Governo Regional e das suas Secretarias, em meados da década de 70, o projecto tem luz verde, e o Núcleo Regional dos Açores da Liga Portuguesa Contra o Cancro adquire um edifício situado sobre a baía de Angra, onde finalmente nasce o Centro Oncológico Açores (COA).

O Centro de Oncologia dos Açores foi criado oficialmente em 1979, pelo Decreto Regional nº7/79/A, mas a sua inauguração ocorreu apenas a 13 de Junho de 1982.

Os principais objectivos do COA passam pela profilaxia do cancro através de uma educação para a saúde, pelo rastreio e diagnóstico precoce da doença oncológica bem como ao tratamento de lesões pré-cancerígenas e algumas neoplasias da pele.

Neste momento, o COA está a criar um registo oncológico, ou seja, uma base de dados que sirvam para prevenção e estudo das doenças oncológicas

A título ilustrativo foram realizados no ano 2006: 3084 mamografias, 911 ecografias, 1088 citologias ginecológicas e 340 biópsias.

Entre os muitos que contribuíram para o trabalho que tem sido desenvolvido pelo COA, ficou ligado o nome do seu presidente e ilustre médico, o já falecido Dr. Mário Parreira de Sousa Lima.

Sem dúvida o COA tem cumprido os objectivos para que foi criado: uma ajuda àqueles que sofrem esta doença que, apesar dos avanços da ciência médica, ainda hoje se sente que suportam um peso de grande dimensão - o peso da própria doença, o peso da contingência da morte e ainda o peso do desgosto que irão provocar nas suas famílias quando desaparecerem.

Por estas razões o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta a esta Assembleia Legislativa Regional este voto de congratulação, com quantos contribuíram e contribuem para os benéficos efeitos da existência e da benéfica acção do Centro Oncológico dos Açores.

Sala das Sessões, 13 de Junho de 2007

**Os Deputados Regionais, Francisco Coelho, Cláudia Cardoso e Fernanda Trindade”.**

**Presidente:** Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

**(\*) Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto de congratulação, apresentado ao Centro de Oncologia dos Açores, pelos seus 25 anos de serviço à população, pela forma como tem actuado na área oncológica e no apoio que tem dado aos doentes oncológicos, mas também é justo fazer uma referência aos desempenho profissional e humano de todos os profissionais de saúde que contribuíram e contribuem para a prossecução de tão nobres objectivos.

Por tudo isto, deixamos aqui os nossos mais sinceros parabéns.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Finalmente temos um voto de saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, relativo à passagem do IV Centenário da morte de Bento de Góis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Ventura.

**Deputado Henrique Ventura (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

#### “Voto de Saudação

No passado dia 11 de Abril a Vila Franca do Campo recordou um dos seus mais ilustres filhos, Bento de Góis, pela passagem do IV centenário da sua morte.

Nasceu em Vila Franca do Campo em 1562. Recebeu o nome de baptismo de Luís Gonçalves e permaneceu como cidadão anónimo até aos vinte anos.

Vila Franca do Campo, no tempo de Bento de Góis, era uma localidade micaelense com alguma importância económica e comercial, estando, ainda, a ser reconstruída

dos efeitos devastadores do terramoto de 1522 que destruiu aquela Vila, fazendo-a perder o estatuto de Capital a favor de Ponta Delgada.

Aos vinte anos, Bento de Góis tornou-se soldado, defendendo as colónias portuguesas na Índia.

Em 1588, com 26 anos de idade, Bento de Góis ingressou na Companhia de Jesus, tendo sido enviado em várias missões para o Grão-Mongol. Na corte do Imperador Ácbar teve a arte de inculcar no espírito deste imperador grande consideração pelos portugueses.

Na Índia, os jesuítas desenvolveram muitos esforços no sentido de descobrir se existia um reino de cristãos para lá dos Himalaias e onde se localizava o lendário Cataio, sem que tenham obtido resultados esclarecedores.

O Geral das Missões da Índia decidiu organizar uma expedição com dois grandes objectivos: desvendar o Grão-Mongol, evangelizar e dar apoio espiritual aos cristãos. Para chefiar esta expedição foi escolhido Bento de Góis, pelo seu tacto diplomático, domínio de várias línguas orientais, facilidade de relacionamento e conhecimento dos costumes muçulmanos.

A expedição começou a 29 de Outubro de 1602 em Lahore, na Índia, e terminou em Suchéu, na China, a 22 de Dezembro de 1605, num percurso de 4000 km enfrentando inúmeras dificuldades como regiões muito áridas, sem água, sem sombras e com zonas muito perigosas devido aos frequentes assaltos. À medida que ia descobrindo gentes, caminhos e sinais, semeava a palavra de Deus, divulgava a presença de Portugal e identificava o reino do Cataio com a China, que os portugueses já conheciam.

A Marco Pólo coube a glória de ter apresentado à Europa Medieval o fabuloso mundo do Oriente, mas foi Bento de Góis que nos princípios de século XVII escreveu o último capítulo das viagens de Marco Pólo, identificando o Cataio com a China.

Bento de Góis faleceu, em Suchéu, a 11 de Abril de 1607. Em vida tinha a actividade, a destreza, a força de um soldado e a humildade de um pedinte.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe a aprovação de um voto de saudação pelo percurso de vida

de um dos mais ilustres Vila-franquenses, por altura da comemoração do IV centenário da sua morte.

Horta, 13 de Junho de 2007

Deputados Regionais, *Francisco Coelho, José San-Bento e Henrique Ventura*”.

**Presidente:** Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

**(\*) Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Abril passado iniciaram-se as comemorações dos 400 anos da morte de Bento de Góis que é um dos mais notáveis vilafranquenses, cujos feitos valorosos, aqui já foram retratados pelo Sr. Deputado Henrique Ventura, merece um lugar de destaque na história.

Trata-se de um personagem fascinante, um autêntico herói que há 400 anos foi o primeiro explorador europeu a percorrer por terra, o caminho entre a Índia e a China, numa viagem cheia de obstáculos e perigos e no mais puro espírito aventureiro.

Faleceu no término da viagem e à vista da China, segundo uns por exaustão, segundo outros por envenenamento.

Este açoriano foi coadjutor da Companhia de Jesus, possuía grandes conhecimentos da cultura e dos costumes dos reinos da Ásia e falava muitas línguas, como o persa e o turco.

Gostaríamos de salientar que esta sua viagem foi considerada uma das maiores explorações da história da humanidade pela qual provou que o reino lendário do grande Cataio e o reino da China eram afinal o mesmo, numa época em que a relações comerciais entre os reinos da Ásia e da Europa eram intensas.

Trata-se de um ilustre filho destas ilhas que contribuiu para alterar significativamente a própria concepção do mundo de então.

Por essas razões o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Presidente:** Não há mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, devido a um compromisso tenho que me ausentar. Peço ao Sr. Vice-Presidente para me substituir na mesa.

Posso ainda informar a Câmara que se segue uma declaração política do PSD, combinada na conferência de líderes, seguindo-se uma comunicação do Governo Regional.

*(Neste momento o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira).*

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

*(Neste momento o Sr. Secretário, Deputado Cláudio Lopes, retoma o seu lugar na Mesa).*

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O sucesso dos açorianos e a realização da nossa Região como comunidade alcançam-se com a afirmação de cada cidadão como agente de desenvolvimento e, nessa medida, como promotor da afirmação dos Açores no Mundo.

Foi sempre assim.

Sempre demonstramos ter essa capacidade e vocação.

Os Açores sempre foram tanto quanto em essência são quando nos assumimos na nossa relação com o Mundo.

Na História que a Geografia nos concedeu está marcada a letras de aventura, sonho, conquista, dor, mar e Mundo a saga que nos identifica como Povo.

Tudo isto quer dizer que o nosso território, que para muitos é limitativo do nosso desenvolvimento, só é efectivamente potenciado na nossa relação com outras terras, de forma aberta, assumindo com desassombro o contributo que podemos dar a outros espaços a que pertencemos.

Hoje, como Região Autónoma de Portugal e integrando, de pleno direito, a União Europeia, os Açores têm a oportunidade singular de crescer, têm o desafio impar de contribuir para o progresso do país e da Europa e a responsabilidade primeira de promover as melhores condições de vida para os açorianos.

Oportunidades, desafios e responsabilidades que têm de ser encarados com a convicção permanente de os concretizarmos.

Não podemos esperar que sejam outros a tratar do nosso Futuro.

Pelo contrário, temos de agir no sentido de contribuirmos para as decisões que, como portugueses e europeus, nos digam directamente respeito.

Não podemos alimentar fragilidades para justificar ajudas.

Pelo contrário, temos de potenciar as nossas capacidades e desígnios que nos levem a ultrapassar as médias estatísticas de desenvolvimento.

Não nos devemos fechar no “casulo” da pequenez das ilhas.

Pelo contrário, temos de nos envolver na abertura de perspectivas que a grandeza do espaço e dos espaços nos concedem.

Porém, com os milhões que têm vindo da Europa, com os horizontes que, entretanto, se abriram devíamos estar mais próximos das médias europeias de desenvolvimento, das quais, lamentavelmente, nos temos vindo a afastar nos últimos anos.

São estes esforços de todos os dias.

Tal como o trabalho de construção da Autonomia ou como o do desenvolvimento do país, o processo da integração e unificação europeia em vista a coesão económica social e territorial de todas as suas partes nunca está concluído ou, sequer, estabilizado.

São todos processos evolutivos e activos em permanente mutação e actualização, como processos que são, tendo, nessa exacta medida, como destinatárias as pessoas, os açorianos, portugueses e europeus com o crescimento e evolução natural que a vida das pessoas deve ter e com a múltipla complexidade de diferentes origens e condicionalismos sociais, económicos e culturais de vinte e sete estados membros.

Vivemos, neste tempo, mais um período especial para a Europa e muito em particular para Portugal e para os Açores.

Está relançado o debate sobre o Futuro Tratado constitucional europeu, para o qual a configuração e declarações políticas recentes dos principais estados-membros da União são decisivas.

Neste debate, em que se pondera uma versão mais sucinta do documento principal da União, teremos de afirmar com eficácia os interesses dos Açores.

A este nível é necessário concretizar com sucesso, como questão fundamental, a consagração do regime da ultraperiferia, em termos idênticos aos constantes do artigo 299.º, n.º 2, do Tratado em vigor, colocando a respectiva norma na parte relativa às Disposições Comuns, de modo a ter uma aplicação transversal na política europeia.

Tal redacção deve ser tanto precisa e rigorosa que salvguarde com rigor os interesses da Região.

Designadamente, é importante que seja encontrada uma redacção que substitua a expressão mais vaga "medidas específicas" que consta do actual artigo 299.º, n.º 2, e que nunca permitiu, por exemplo, que a Comissão Europeia propusesse ao Conselho Europeu legislação comunitária a favor das Regiões Ultraperiféricas, possibilitando-se, assim, outra amplitude e segurança na actuação comunitária a respeito da ultraperiferia.

É, ainda, de assinalar a importância da consagração do importante princípio da Subsidiariedade, no sentido de reconhecer e reforçar o papel dos órgãos de governo próprio das Regiões no processo de construção europeia, sendo de suscitar a possibilidade dos parlamentos regionais com capacidade legislativa poderem recorrer ao Tribunal de Justiça por alegada violação do mencionado princípio.

A importância, a oportunidade e a necessidade de serem abordadas estas questões foi realçada, no passado dia 16 de Maio, na Ribeira Grande, pelo Presidente do PSD-Açores.

Por sinal, passados 24 dias, no passado dia 8 de Junho, o Presidente do Governo Regional dos Açores solicitava a intervenção do Primeiro-Ministro na defesa de perspectivas idênticas.

É, por isso, necessário o empenho e aturado envolvimento de todas as forças políticas e dos órgãos da autonomia na defesa intransigente e eficaz desta posição.

Por outro lado, está em fase final a discussão do Livro Verde do Mar com vista à criação de uma Nova Política Marítima Europeia.

A assunção do Mar e dos Oceanos como prioridade da política europeia releva a consciencialização da importância fulcral desta dimensão do planeta e eleva o papel dos Açores para a consagração das políticas europeias deste tempo.

É que, como se referiu no início, se há letra que marca a História destas ilhas é a letra do Mar.

Do Mar que nunca foi limite, mas é sempre horizonte que se abre continuamente às vidas dos açorianos.

Do Mar que nos levou a outras terras para melhores vidas.

Do Mar que trouxe outras gentes e riquezas.

Do Mar que somos.

É, fundamentalmente, pelo Mar que podemos dar um contributo essencial para o Futuro da Europa.

A dimensão atlântica da essência da cultura ocidental e do desenvolvimento social e económico da Europa é uma parte que Portugal e os Açores dão à Europa.

O Mar é, hoje, assumido como um manancial de potencialidades que vão desde a Energia à Ciência e à investigação; da necessidade de preservação e promoção dos imensos recursos ambientais ao potencial que consubstancia em termos turísticos; da importância decisiva que assume em termos de transportes na economia mundial até à geo-estratégia e aos equilíbrios bélicos no mundo.

O Mar é hoje isto e tudo isto, de forma integrada e necessariamente fundamentadora de qualquer visão ou estratégia política deste tempo.

Tudo isto, para além do recurso clássico que são as pescas e relativamente ao qual devemos ter tanto mais cuidado e atenção quanto os consensos necessários à defesa dos interesses açorianos.

De facto, e passando por cima de polémicas oportunistas que, apenas, visam confundir e reescrever a História, o que é certo é que se não fosse o consenso e esforço de várias entidades não teria sido alcançada a garantia de termos assegurado as 100 milhas e a reserva dos bancos de pesca até às 200 milhas, que as regras



européias pretendiam reduzir a 12 e as primeiras posições da Região e do país aceitavam ficasse apenas pelas 50 milhas.

Mas, também aqui, estamos perante um processo que se pretende evolutivo, sendo necessário assegurar a defesa e fundamentação de uma zona de protecção e reserva até às 200 milhas.

Também, aqui, numa perspectiva europeia e não apenas açoriana.

Com efeito, as particularidades que ainda o nosso mar tem constituem um património da Europa que deve ser preservado de ânsias predadoras dos interesses económicos internacionais da pesca.

É tempo de darmos, todos, este passo.

A este propósito, o PSD, com o sentido de responsabilidade que tem assumido na defesa construtiva dos interesses dos Açores, apresentou hoje publicamente o seu contributo para Política Marítima Europeia com um conjunto de princípios e propostas que a par do documento já apresentado pelo Governo Regional constituirão, com certeza, uma base importante da afirmação dos Açores.

Finalmente, estamos nas vésperas da Presidência Portuguesa da União Europeia.

Com as exigências que se colocam à Europa e com as expectativas que os europeus têm relativamente aos resultados das políticas das suas instituições, Portugal tem um desafio importante para a definição de orientações para o Futuro da Europa e para a consolidação e aprofundamento da nossa dimensão europeia.

Para os Açores, a Presidência portuguesa é também uma oportunidade e um desafio.

Oportunidade para fazer valer as posições da Região ao nível da construção europeia.

Desafio para trazermos aos Açores eventos integrados no âmbito da presidência portuguesa e que integrem efectiva e fisicamente estas ilhas na Europa da qual formalmente fazemos parte.

Na nossa opinião, não poderia ser de outra forma.

No momento de construção europeia que vivemos, de acordo com o papel que os Açores têm nesta tarefa, nada de mais natural do que a presença dos principais decisores da Europa nas nossas ilhas.

Não poderemos perder mais esta oportunidade de nos afirmarmos no Mundo, como tem sido o nosso desígnio.

É neste âmbito, que reúne, esta semana pela primeira vez, nos Açores o Bureau do PPE.

O Partido Popular Europeu e Democratas Europeus (PPE-DE) é o maior Grupo Político do Parlamento Europeu e a maioria dos governos da União Europeia pertence também a partidos agrupados no PPE-DE.

O Bureau do PPE-DE é o órgão político que agrupa a presidência do Grupo Parlamentar no Parlamento Europeu - com o Presidente, o francês Joseph Daul e com onze vice-presidentes, onde se inclui o português João de Deus Pinheiro, mas onde se sentam também todos os presidentes e coordenadores de Comissões Parlamentares, os chefes das delegações nacionais, representando todos os Estados-Membros da UE. É, pois, um órgão político da máxima importância no PPE e, por consequência, no Parlamento Europeu e na União Europeia.

A convite do Deputado açoriano Duarte Freitas, nos Açores estarão cerca de setenta deputados europeus, especialistas convidados, sendo de referir em especial o Comissário Joe Borg com a tutela do Mar, funcionários europeus, interpretes e jornalistas, totalizando mais de 140 pessoas que, irão abordar e debater um conjunto de matérias importantes e, em especial, as políticas da União para as Ultraperiferias e o Livro Verde para a Política Marítima.

Será uma oportunidade extraordinária de envolver o principal grupo político europeu na defesa das posições dos Açores.

É este o contributo que damos para este tempo tão importante que vivemos, para este espaço que também é nosso, como, de resto, sempre foi pela História fora, perseguindo o Sonho, a Aventura, as conquistas, por este Mar que marcou os tempos e pelo qual os Açores serão cada vez mais Europa.

Disse.

**Deputado António Marinho (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

De acordo com o nosso Regimento os restantes grupos parlamentares e o Governo Regional têm direito a usar da palavra até 5 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de referir, em primeiro lugar, que o PS não fica minimamente impressionado por esta declaração política que foi agora aqui feita, ...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Não era para isso.

**O Orador:** ... porque ela se insere numa lógica, e isso tem que ser dito com toda a clareza, que nós já nos habituamos aqui a ver de assistirmos ao PSD a reescrever a história e sistematicamente a reposicionar-se na luta política que tem desenvolvido.

O PSD, e todos se lembram disso, no passado, e para não irmos muito longe, eximiu-se de dar o seu contributo para a política marítima europeia. Das 15 entidades consultadas pelo Governo há um ano atrás, apenas o PSD não emitiu qualquer opinião sobre temas como os Açores e o Atlântico, a dimensão Atlântica Insular da política marítima europeia.

O PSD não teve opinião sobre o ambiente como factor de competitividade, não teve opinião sobre as pescas, as orlas costeiras, a valorização profissional dos agentes, os transportes, portos e infra-estruturas, a energia, o turismo e outras temáticas.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Eu disse. O senhor não estava aqui! Seja sério!

**O Orador:** O senhor não disse e eu não recebo lições de seriedade suas.

O senhor veio aqui reescrever a história e vender “banha da cobra”, porque a verdade é que o PSD em vez de ter dado o seu contributo e de não ter tido a visão limitativa que o senhor aqui censurou, na altura, o que o PSD devia ter tido era a postura que teve, criticando a precipitação do Governo, dizendo que o Governo estava a cometer um erro clamoroso e inclusivamente aludindo a questões procedimentais para inviabilizar essa postura que o Governo teve na altura, que foi uma postura correcta.

Portanto, os senhores é que tiveram falta de comparência, o que revelou incapacidade de formular propostas credíveis e revelou também um déficit europeu que os senhores agora aqui tentam recuperar.

Eu saúdo esta visita e esta reunião do Partido Popular Europeu. Espero que tenham oportunidade de fruir da nossa cultura, da nossa gastronomia, da nossa paisagem e, certamente, também terão oportunidade para um jogo de golfe.

É preciso que isto seja aqui dito e redito, porque o Presidente da Comissão Europeia, o Sr. José Manuel Barroso, foi ele próprio que destacou o papel, e fê-lo aqui no Faial e já tinha dito em intervenções dessa natureza também em diversas instâncias europeias, de liderança e o papel de grande convicção que o Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário da Presidência, desenvolveu nesta e noutras matérias, Sr. Deputado. Esta é uma lição que os senhores ainda não aprenderam.

Os senhores ainda não aprenderam que os Açores, pelas suas especificidades, têm, em muitas matérias, capacidade de serem interlocutores credíveis, de poderem participar activamente e de poderem influenciar as políticas europeias e, por isso, é preciso ter horizontes largos, é preciso ter capacidade negocial, é preciso ter um espírito de luta e de combate político que o PSD nunca revelou nestes últimos tempos e muito menos sob a liderança do Dr. Costa Neves.

Portanto, não nos venham agora com essa história de tentar dizer que daqui para a frente é que tudo será resolvido e que o senhor eurodeputado Duarte Freitas trará uma comitiva de 70 tradutores e funcionários e mais não sei quem. Serão bem-vindos, mas é preciso dizer, já que o senhor quis entrar nessa contabilidade, que o Governo já tem garantidas 20 iniciativas de grande relevância, de grande influência e de grande interesse para os Açores.

Srs. Deputados do PSD, é bom que percebam isso, é bom que percebam também, porque o senhor referiu esse aspecto, que este Governo não tem olhado a meios e tem tido um papel de grande intervenção e de grande credibilidade na defesa do interesses das Regiões Ultraperiféricas.

Tenho muita pena do Sr. Deputado Bolieiro não estar aí na bancada, porque ele participou comigo, há alguns meses atrás, na XIII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas Europeias em que foi possível ver, através da participação dos Srs. Secretários Regionais, Vasco Cordeiro e Carlos Corvelo, a grande capacidade e a grande relevância que os Açores têm, a enorme influência em termos de defesa dos

Açores, defesa das Regiões Ultraperiféricas, de participação activa e com grande credibilidade na definição das diversas áreas da política europeia.

Por isso os Srs. Deputados do PSD têm que aprender que a nossa política de relações externas é feita de princípios, alguns dos quais o PSD partilha, é verdade, o PSD é um partido europeísta e Atlântico, mas também é feita de interesses e para se poder defender os interesses dos Açores ou doutra qualquer região, é preciso tomar partido e ter posições, coisa que os senhores não fizeram no tempo certo e sistematicamente não fazem. Quanto a isso o PSD não é um “oceano” de razões, é antes um grande “deserto” de ideias.

Tenho dito.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Para encerrar o debate sobre esta declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A expressão que me veio à cabeça, na sequência da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, foi: tal pena! Tal pena que perante um momento com esta importância, perante uma intervenção positiva, construtiva, com ideias, com propostas, com contributos, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Perante uma intervenção insinuada e outras coisas mais...!

**O Orador:** ... perante um momento com esta importância, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Grupo Parlamentar que sustenta o Governo Regional dos Açores, em vez de aproveitar esta oportunidade para se associar, para dar ideias, dar contributos, apresentar propostas que melhorem a vida dos açorianos, que melhorem a afirmação dos Açores no mundo e que sejam aquilo que deve ser a política deste tempo, a política da modernidade, da abertura, a política positiva e construtiva, perdeu-a, exactamente com a política da má língua, a política da crítica, do ataque, a política permanente do Partido

Socialista que é de fazer oposição a tudo e a todos, esquecendo-se que tem a responsabilidade de liderar os destinos da Região em termos governativos.

Foi esta oportunidade que o Partido Socialista perdeu, porque quando se fala aqui no momento singular que é a discussão que se está a fazer na Europa sobre o Tratado Constitucional Europeu, de lançar um debate essencial para o futuro da Europa, para o futuro dos Estados-membros e para o futuro dos Açores, quando se fala nisso, quando se apresenta propostas concretas daquilo que deve ser a nova redacção do Tratado, o Partido Socialista não disse uma palavra sobre isso. O Partido Socialista calou-se, fez o que sempre faz, falou mal, falou mal, falou mal.

Quando estamos aqui a apresentar a posição do Partido Social Democrata sobre o mar, conforme foi hoje tornado público, devo-lhe dizer que estamos exactamente no tempo certo para apresentar as propostas relativas à nova política marítima europeia. Se o Sr. Deputado não sabia, ficou a saber.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sabia!

**O Orador:** De facto, estamos no tempo certo e o Partido Social Democrata, com o sentido de responsabilidade que sempre teve, tem e terá sobre as questões que dizem directamente respeito aos açorianos, designadamente as questões que têm a ver com a sua relação com o mundo, com o País e com a Europa, apresentou as propostas de forma construtiva.

Por outro lado, estamos nas vésperas da Presidência Portuguesa da União Europeia e exactamente por isso é também um momento importante, e é um momento importante para que o primeiro órgão da autonomia, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, tome uma posição e foi o PSD que tomou esta posição.

O Partido Socialista podia muito bem ter-se associado a este debate com propostas concretas, com ideias, mas não, preferiu antes falar mal, falar mal, falar mal. É isso que o Partido Socialista sabe fazer.

As posições que o PSD agora apresentou têm sucessivamente, ao longo dos anos e nos últimos tempos e nesta casa, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado quis fazer crer que era uma novidade o que se tinha dito aqui, (obviamente que há novidades, há ideias novas, há propostas como tem que ser a política, como é a vida, Sr. Deputado) mas muito do que aqui foi dito tem sido referido ao longo dos anos pelo Partido Social

Democrata, porque entendemos que o contributo para melhorar as condições de vida dos açorianos nesta relação com a Europa é de todos, não é de ninguém e o Sr. Deputado preocupou-se apenas e só a dizer que o Governo Regional já tinha feito isto e tinha feito aquilo. É importante que façam todos e a intervenção que o Partido Social Democrata trouxe aqui a esta casa, nos termos regimentais de declaração política, foi exactamente isso, solicitando e suscitando o envolvimento e o consenso de todos.

Eu registo que Sr. Deputado José San-Bento, porta-voz do Partido Socialista num debate com esta importância, responde, dizendo: “o senhor está dormindo”. É esta a linguagem, é isto que os açorianos têm que saber, é esta a linguagem que o Partido Socialista utiliza para combater quando não tem argumentos e quando não se tem argumentos tudo serve para atacar,...

**Voices da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** ... quando não se tem argumentos baixa-se ao nível daqueles que não conseguem levar a elevação que as coisas merecem. O que o Sr. Deputado manifestou aqui foi isso mesmo.

Para o Partido Social Democrata não interessa se a iniciativa é do PSD, do CDS, do BE, da CDU, do Governo ou do PS. Interessa é que todos se esforcem, que todos apresentem, no tempo certo como é agora, um contributo empenhado para defesa dos interesses dos Açores, independentemente de quaisquer constrangimentos partidários. Isso é que é importante.

O Partido Social Democrata, com sentido de responsabilidade, afirmou isto hoje aqui.

O Partido Socialista, como disse, perdeu esta oportunidade.

Esperávamos, sinceramente, que o Partido Socialista apresentasse ideias, posições e, sobretudo, manifestasse o empenho do consenso, o empenho das posições que defende relativamente aos Açores.

Sr. Deputado, termino como comecei: tal pena do principal partido dos Açores, em termos regionais, ter mais uma vez perdido uma oportunidade de ajudar a construir o futuro dos Açores e aproveitou este tempo para destruir os outros. Não é assim que se faz política, Sr. Deputado. A política faz-se construindo aquilo que é o caminho de todos os dias, de todos os açorianos das nove ilhas dos Açores, em Portugal e na Europa.

**Voices da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma comunicação do Governo Regional tem a palavra Sr. Secretário Regional da Presidência.

**Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



No próximo dia 1 de Julho Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia, num momento em que a Europa se confronta com desafios importantes para o nosso futuro colectivo.

Na verdade, desde a questão da reforma institucional, até às questões energéticas, desde o relacionamento com potências emergentes, até à definição de uma Política Marítima Europeia, julgo não ser exagerado afirmar que os olhos do Mundo estarão colocados em nós e na forma como liderarmos a Europa neste momento.

Esta é, também, uma oportunidade para a Região Autónoma dos Açores reforçar a sua presença nas esferas de decisão comunitária, bem como para fomentar o conhecimento relativamente à realidade e potencialidade estratégica, insular, atlântica e ultraperiférica do nosso arquipélago.

É com a consciência da importância deste momento que o Governo Regional tem trabalhado de forma aturada e empenhada na preparação deste período, planeando a nossa estratégia de afirmação, definindo as nossas prioridades políticas e reiterando a nossa condição de parte integrante do território português.

Na sequência deste trabalho, o Governo aqui está, mais uma vez, antes do início da Presidência Portuguesa, a dar conta ao Parlamento dos Açores quais as prioridades políticas que assumimos e qual o planeamento das realizações que acolheremos durante o segundo semestre de 2007.

A reforma institucional da União Europeia constitui uma prioridade para a Presidência Portuguesa, e é, efectivamente, uma necessidade e uma necessidade premente.

O Tratado que institui uma Constituição para a Europa, conhecido como Tratado Constitucional, traduz uma ambiciosa e arrojada mudança nas instituições comunitárias e no modo de funcionamento da União. Esta proposta, por muitos méritos que tenha, ficou comprometida com o resultado dos referendos de ratificação realizados na França e na Holanda.

No entanto, é necessário avançar com a agilização dos mecanismos de decisão de uma União que já conta com 27 estados-membros e mais de 400 milhões de pessoas.

Esta questão é também assumida pelo Governo dos Açores como uma matéria na qual é imperioso que se registem avanços, e avanços significativos, a fim de se evitar o desgaste, a ineficácia e o desânimo que afectam o projecto europeu.

A Presidência Portuguesa recebe da Presidência Alemã contributos muito substanciais sobre este dossier. O <sup>33</sup>Governo Açoriano considera ser este o tempo oportuno para seguir em frente, mesmo que por um caminho diferente daquele em

Com este enquadramento político, com este posicionamento e com a relevância que a nossa Região assume na Presidência Portuguesa, o Governo dos Açores, com a mesma determinação e ambição de sempre, considera que estão reunidas as condições para que este constitua um momento efectivamente valorizador e potenciador da nossa presença na Europa e do reforço da Europa nos Açores.

Disse.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**(\*) Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Como é óbvio, nós gostaríamos de salientar aqui aspectos da maior importância que o Governo Regional referenciou aqui nesta comunicação, através daquilo que naturalmente é uma grande comunhão de interesses e de pontos de vista que existem entre o Governo e o Grupo Parlamentar.

Gostava de destacar alguns aspectos das prioridades que foram apresentadas e bem salientados. Desde logo a questão do Tratado Europeu e da necessidade de haver uma solução para o impasse que a Europa actualmente vive por via do histórico que esse processo tem tido e que todos conhecem, mas há, de facto, uma grande expectativa relativa à Presidência Portuguesa e isso terá que ter consequências.

Também na questão das Regiões Ultraperiféricas aquilo que referiu o Governo, que é da maior importância em termos de densificar as garantias e as normas que defendam os interesses das Regiões Ultraperiféricas.

Eu aqui destacava a necessidade, até porque é um princípio sempre dinâmico, o princípio da subsidiariedade como um elemento fundamental para assegurar o nível de decisão o mais próximo possível das populações e consequentemente a necessidade de, através desses instrumentos, nós termos mais ou menos Europa e todos nós - o Governo revelou isso e também é vontade do PS – desejamos mais Europa.

Outros três aspectos, para tentar ser sintético, que nós não podíamos deixar de destacar.

Um deles é sobre a coesão territorial e é fundamental termos sempre esta prioridade. Eu recorde que coesão territorial tem a ver com infra-estruturas, com portos, com aeroportos, com rede viária, com todas essas dotações e infraestruturas do território que permite melhorar a qualidade de vida, melhorar a competitividade da economia dos Açores e esta é uma área onde muito, mesmo muito se tem investido e onde vai ser necessário continuar a investir para sustentar o desenvolvimento dos Açores.

Uma referência também àquilo que é a política marítima europeia. Já tinha aqui há pouco referido esse aspecto, mas gostava também de salientar a forma correcta, nos *timings* correctos, como foi muito bem referido pelo Sr. Secretário, com que o Governo tratou essa questão.

Eu gostava só de referir que, em diversas reuniões internacionais em que tive a honra de participar, - e mais uma vez lamento não estar aqui o Sr. Deputado Bolieiro – foi possível nós constatar, inclusivamente deputados da Madeira, os sistemáticos elogios que a Região Autónoma dos Açores tem recebido nesses encontros e nessas importantíssimas reuniões, por via da liderança e da iniciativa que teve há cerca de um ano atrás.

Essa política marítima europeia terá sempre desafios muito difíceis como será, por exemplo, aquilo que se prende com a necessidade de integração de políticas, das quais destaco a política dos transportes, a políticas das pescas e a política do ambiente.

São áreas muito difíceis, são áreas com enormes interesses em jogo, mas que nós temos a convicção e a certeza que o Governo, até pelas provas que já deu até aqui, poderá contribuir para que nós possamos ter um bom resultado e uma vitória significativa para os Açores nessas negociações.

Por último quero também destacar a prioridade que o Governo assumiu em relação ao Arquipélago de Cabo-Verde. Parece-nos ser uma bandeira importante e pensamos que é, não só do ponto de vista concreto e de um dever que nós de certa forma temos de auxílio àquela região, mas também por ser uma prioridade que representa a melhor tradição iluminista europeia, humanista e universalista que Portugal tem na sua história ao longo de muitos séculos e, por isso, nós também nos congratulamos com essa prioridade.

Tenho dito.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD gostaria de salientar o facto de que as posições apresentadas pelo Governo Regional através desta comunicação, coincidem, em grande medida, com aquilo que são as posições do PSD, o que só vem reforçar a importância de consenso e a importância de quanto mais unidas e consensualizadas forem as posições dos Açores, mais fortalecida é a posição da Região perante aqueles que são os nossos interlocutores, que são as entidades decisórias da União Europeia.

Por isso gostaria de deixar aqui claro que grande parte daquilo que o Sr. Secretário referiu aqui coincide, em grande medida, com aquilo que o PSD anunciou sobre a questão do Tratado, sobre as questões que têm a ver com a importância das medidas que devem estar previstas no Tratado, com as questões ligadas à política do mar, com as questões ligadas à Presidência Portuguesa, ou seja, as três grandes questões que o PSD aqui apresentou que são estas: a política marítima, a Presidência Portuguesa e a Ultraperiferia são exactamente aquelas que o Secretário Regional também referiu, mas o que se realça aqui é a importância destas questões estarem consensualizadas.

Gostaria também de registar aqui que o Partido Socialista, perante duas intervenções de conteúdo idêntico, teve duas posições claramente distintas. Aquando da intervenção do PSD limitaram-se a atacar o PSD...

**Deputado José San-Bento (PS):** Por que será?

**O Orador:** Eu já lhe explico por que é, na minha modesta interpretação.

Sabe qual é a minha interpretação, Sr. Deputado? A minha interpretação é que o problema não é o que é dito, porque o que foi dito é muito idêntico, está muito consensualizado. O problema para o PS é quem diz, esse é que é o problema do Partido Socialista e isso, Sr. Deputado, chama-se preconceito democrático que ainda é mais grave para uma qualquer visão política que se possa ter da Região.

De resto, o Partido Social Democrata apresentou aqui um conjunto de ideias positivas e construtivas no sentido de dar este contributo que os Açores precisam para a sua afirmação no mundo e na União Europeia.

Como já foi dito na minha declaração política, o Presidente do PSD apresentou a 16 de Maio algumas destas ideias, designadamente a importância de se aproveitar este relançamento do debate sobre o Tratado Constitucional Europeu, assumindo esta posição.

A 8 de Junho o Presidente do Governo também assumiu esta posição, o que só prova que é importante que haja matérias em que os dois principais partidos que têm aspirações de poder governar a região estejam de acordo.

Esta é uma daquelas matérias em que o PSD, o Governo Regional e o Partido Socialista manifestam concordância e consenso.

A política é isto mesmo, por muito que isto incomode aqueles que querem estar sempre contra tudo e todos.

Neste caso concreto devo também aproveitar a oportunidade para manifestar a posição do PSD de que é importante que todas estas questões que o Sr. Secretário Regional anunciou sejam trazidas ao Parlamento, no sentido de envolver o Parlamento relativamente às questões e posições concretas e aos passos decisivos que venham a ser tomados.

Uma palavra final sobre a questão de Cabo-Verde.

É importante este envolvimento, mas isto não é novidade, porque, como o Sr. Deputado sabe, nas Jornadas Parlamentares Atlânticas realizadas no Arquipélago da Madeira no final do ano passado, e antes em Cabo-Verde, estas são questões que estão exactamente consensualizadas e não é nada de novo. É importante que se dêem passos efectivos para se concretizar estas medidas.

Relativamente à política marítima e aos *timings* de apresentação, nunca pensei que isso fosse motivo de grande debate político, o que é certo é que a União Europeia concedeu um determinado prazo para serem apresentados contributos.

O Governo Regional, legitimamente, na perspectiva de oportunidade política do Governo, entendeu que era oportuno apresentar logo no início.

O PSD entendeu que os prazos, como é entendido genericamente nas instituições europeias e aos mais variados níveis, de debate dos Livros Verdes na Europa são exactamente para receber contributos, para depois as entidades que os recebem possam apresentá-los dentro do prazo. Foi isso que responsabilmente o PSD fez.

O PS entendeu que deveria apresentar no início do prazo, o PSD entendeu que deveria aproveitar este prazo para receber contributos para tomar uma posição que, juntamente com aquela que o Governo Regional já apresentou, também aqui, de forma consensualizada, construtiva, defendesse os interesses dos Açores. É isso que estamos a fazer, por muito que isso incomode o Partido Socialista.

O que o PSD pretende é apenas e só defender os interesses dos Açores. Quando fazemos isso de forma consensualizada com o Governo Regional, muito bem; quando não é possível temos as nossas posições. É isto a democracia, é isto a política e é por isso que estamos aqui.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

**(\*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de, em relação às intervenções que me antecederam, colocar algumas questões.

Não sei se há possibilidade de colocar algumas questões?

**Presidente:** Não!

**O Orador:** Então eu lamento, porque acho que era uma boa oportunidade de se clarificar aquilo que o Sr. Deputado Clélio Meneses aqui referiu.

O Sr. Deputado referiu que esta comunicação do Governo à Assembleia, e nomeadamente a questão das prioridades políticas, quase coincidia com aquelas que são as posições do PSD.

Reconheço que na parte da Ultraperiferia, do Tratado e da Política marítima europeia há efectivamente uma coincidência de opiniões. O que eu lamento é que o Sr. Deputado Clélio Meneses não tenha aproveitado para, na parte que não coincidia, dizer a esta câmara se concorda ou não, se apoia ou não apoia as prioridades políticas do Governo, porque se o debate é sério para o PSD, também é sério para os açorianos e para esta câmara na sua totalidade e, portanto, não me parece que tenha sido efectivamente correcto tentarmos entrar aqui num campeonato para saber quem fala antes do quê.

Eu folgo muito, porque isso tem muito peso ao nível da União Europeia, que exista esta comunhão de pontos de vista entre o PSD e o Governo em relação a estas questões. É pena que nas outras não se saiba, neste debate, qual é a posição do PSD.

Em relação à questão das iniciativas, eu gostava de aproveitar esta oportunidade para saudar o Sr. Deputado Duarte Freitas pela importante vitória que teve de trazer aos Açores o grupo político do PPE e gostava de dizer que a afirmação do Sr. Deputado Clélio Meneses de que é perfeitamente natural que se realizem eventos nos Açores, não corresponde à verdade.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Neste período.

**O Orador:** Não corresponde à verdade neste período.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** É a sua opinião.

**O Orador:** Não é a minha opinião; fale com o Sr. Deputado Duarte Freitas e vá ver o que ele não teve que lutar para fazer aqui a reunião do grupo político do PPE.

Sr. Deputado Clélio Meneses, o que é uma vitória do Sr. Deputado Duarte Freitas por trazer a reunião do PPE para aqui, também deveria ser considerado como uma vitória do Governo Regional por trazer vinte iniciativas da Presidência para reunir aqui. Assim se prova a forma como estas coisas são encaradas.

Por último gostaria de dizer que o Governo Regional tem bem a experiência e o conhecimento da luta e do trabalho que exige fazer uma reunião aqui de instituições europeias e, portanto, o Sr. Deputado Duarte Freitas merece efectivamente estas palavras, porque é uma vitória. Só é pena é que aquilo que é para o PSD uma vitória, quando é o Governo a promover já não é uma vitória perfeitamente normal.

**Deputado António Marinho (PSD):** Ninguém se pronunciou sobre isso.

**O Orador:** Na intervenção, o Sr. Deputado pronunciou-se sobre isso.

Em relação à questão da política marítima europeia, eu peço imensa desculpa, mas eu ainda me lembro do que é que ouvi da posição do PSD em relação ao período de audição pública que o Governo promoveu e aquilo que ouvi do PSD não teve nada a ver com isso, Sr. Deputado Clélio Meneses. O que houve foi uma discordância frontal, à pressa, que isso vai sair torto e não vai sair direito. Precipitação que não tem nada a ver com ... . Bem, é a opinião do Governo, respeito.

Portanto, nesta matéria nós temos aqui duas posições processuais até, porque, se calhar, na parte material nós concordamos, mas na parte processual convém não esquecer, e deixe-me que lhe diga, que se há um ano atrás o Governo tinha a sensibilidade de que este seria o caminho correcto, um ano depois o Governo tem a certeza absoluta que apresentar um novo contributo na altura em que apresentamos, foi a forma de fazer vingar muitas das nossas posições em muitos e muitos eventos, em que o Governo Regional participou, ter a posição do Governo Regional dos Açores apresentada, defendida e não apenas chegarmos lá e ouvir aquilo que os outros entendiam que devia ser a política marítima europeia.

Se tivéssemos ido pelo procedimento do PSD, era isso que tinha acontecido e tínhamos durante um ano, em conferência, debates, seminários, colóquios, ouvido aquilo que os outros entendem que deve ser a política marítima europeia.

Pelo facto do Governo agir como agiu, nós estivemos presentes e a dizer o que é que achávamos que deve ser feito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de terminar com a seguinte mensagem da parte do Governo Regional:

Nós temos um período extremamente trabalhoso à nossa frente; são 6 meses de importância decisiva para a nossa Região e sinceramente faço votos para que, naquilo que depende de nós, mas também naquilo que depende dos nossos convidados e das instituições que vêm reunir aqui, possa tudo correr pelo melhor, porque, no fundo, quem ganhará o maior benefício de tudo isto não é o Governo, não é o PS, não é o PSD nem o PP, são os Açores.

Muito obrigado.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:



Passadas duas décadas e meia de funcionamento do Serviço Regional de Saúde, criado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 32/80/A, de 11 de Dezembro, e da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de Julho, que, em desenvolvimento dos princípios estabelecidos pela Lei de Bases da Saúde – Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto – veio reforçar a garantia de acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, promovendo modelos de organização adequados à nossa realidade geográfica através da gestão descentralizada e participada, e da busca de maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados e da promoção e obtenção de ganhos em saúde para as populações. Tudo isto sem prejuízo da necessária introdução de algumas modificações estruturais e funcionais, evidenciando-se a adequação do Serviço à realidade «ilha», procurando dar localmente o máximo de respostas às necessidades de saúde dos seus utentes.

Neste contexto, passou a assumir particular importância a afirmação da Ilha enquanto unidade base da organização, administração e prestação de cuidados, bem como a criação de condições para a definição da extensão mínima dos cuidados que devem ser assegurados, em cada ilha, e a clarificação da coordenação de todos os meios disponíveis localmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1997, com a aprovação do Decreto Regulamentar Regional n.º 15/97/A, de 25 de Julho, e consequente nomeação de Comissões Coordenadoras de Saúde em algumas ilhas, e com a publicação de regulamentação específica foi possível melhorar qualitativa e quantitativamente a prestação local de cuidados de saúde.

No Pico, a Comissão Coordenadora da Prestação de Cuidados de Saúde de Ilha foi nomeada em finais de 1997 e, apesar desta não poder interferir nas competências específicas dos conselhos de administração dos centros de saúde, por nunca lhes terem sido delegadas quaisquer competências, foi possível, não obstante a sua intervenção estar limitada a questões de âmbito geral, conferir uma maior equidade à oferta dos cuidados de saúde prestados pelos três Centros de Saúde à generalidade dos utentes.

A entrada em vigor da Portaria n.º 43/97, de 26 de Junho, da responsabilidade do VII Governo Regional, incrementou de forma regular a deslocação de médicos da carreira hospitalar aos Centros de Saúde do Pico, abrindo caminho a uma prestação de cuidados de saúde integrados e sequenciais e provou que, apesar das limitações da Comissão Coordenadora da Prestação de Cuidados de Saúde de Ilha do Pico, a gestão local é a mais eficaz, como, aliás, sempre afirmámos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Criada pelo Decreto Regulamentar Regional nº35/2002/A, de 21 de Dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto Regulamentar Regional nº 16/2003/A a Unidade de Saúde da Ilha do Pico constituiu-se pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, integrando o Serviço Regional de Saúde, tendo o respectivo Conselho de Administração tomado posse a 1 de Abril de 2004. A USIP tem como atribuições gerais a promoção da saúde na sua área geográfica e o desenvolvimento de actividades de vigilância epidemiológica, de formação profissional, de investigação em cuidados de saúde, de melhoria da qualidade dos cuidados e de avaliação dos resultados da sua actividade, sendo constituída por três Unidades de Saúde Familiar e Comunitária, três Unidades de Saúde Pública, uma Unidade de Diagnóstico e Tratamento, uma Unidade de Internamento e uma Unidade Básica de Saúde, funcionando distribuídas pelos três Centros de Saúde da Ilha.

Com dois Exercícios Financeiros e respectivos Relatórios de Gestão completos, correspondentes a 2005 e 2006, já se torna possível fazer uma análise comparativa e avaliar da respectiva evolução e resultados.

As consultas de Clínica Geral/Medicina Familiar que incluem Saúde do Adulto, Saúde Materna, Saúde Infantil/Escolar e Planeamento Familiar cresceram 8%, passando de 16 985 para 18 353, com particular destaque para o crescimento de 15,2% nas consultas de Planeamento Familiar.

Os Contactos Directos que incluem as Prescrições de Terapêutica Prolongada, os Atestados, as Declarações, etc, decresceram 0,45%, passando de 22 989 para 22 886

dizendo a redução basicamente respeito ao decréscimo de 0,5% nas Prescrições de Terapêutica Prolongada.

As consultas de Medicina Dentária cresceram 54,26%, passando de 1 675 para 2 584. As consultas de Nutrição e Dietética cresceram 128,8%, passando de 184 para 421, crescimento que está directamente ligado ao facto de serem realizadas, quase exclusivamente, por indicação dos Médicos de Família que a estas vão referenciando cada vez mais utentes.

As consultas de Psicologia Clínica decresceram 5,7%, passando de 1 023 para 973, correspondendo à diminuição dos utentes referenciados pelos Médicos de Família.

As consultas de Especialidades Hospitalares que incluem Cirurgia, Cirurgia Vascular, Endocrinologia, Fisiatria, Gastroenterologia, Ginecologia, Neurologia, Obstetrícia, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pedopsiquiatria, Pneumologia, Psiquiatria, Imunoalergologia Pediátrica e Neuropediatria decresceram 5,2%, passando de 8 133 para 7 713. Neste grupo, os crescimentos mais significativos verificaram-se nas consultas de Cirurgia Vascular, de Otorrinolaringologia e de Pediatria, sendo que a única redução significativa se deveu à Ortopedia, com uma diminuição de 52,1% devida às dificuldades de deslocação daquela especialidade à Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Os Serviços de Enfermagem que incluem injectáveis, pensos, vacinas, domicílios, etc cresceram 32%, passando de 192 293 para 253 877, correspondendo os serviços prestados nos domicílios a 9 234, número verdadeiramente impressionante se tivermos em conta que este serviço só foi implementado há relativamente poucos anos com os Governos Socialistas.

A Unidade Básica de Urgência, que funciona de forma descentralizada nos três Centros de Saúde, registou uma redução de consultas de 10,26%, passando de 37 471 para 33 626, sendo que apenas 1,58%, correspondente a 532 destes utentes, foram transferidos para outras unidades de saúde. A esta redução não é alheio o facto de, como atrás referi, as consultas de Clínica Geral/Medicina Familiar terem crescido 8%.

Na Unidade de Internamento registou-se uma redução quer do número de internamentos quer do número de dias de internamento de 12,25%, bem como uma

redução de 45,52% para 39,95% nas taxas de ocupação, tendo contudo crescido 6,73% a demora média de internamento que passou de 9,66 dias para 10,31 dias. Para a redução do número de internamentos muito contribuiu a melhoria na prestação dos cuidados primários de saúde, e para o aumento da demora média de internamento o facto de termos uma população cada vez mais envelhecida.

Os Meios Complementares de Diagnóstico e Tratamento, que incluem Análises Clínicas, Radiologia, Electrocardiogramas, Ecografias, Mamografias, Ortopantomografias, Fisioterapia, Terapia da Fala, Endoscopia Digestiva Alta, Colonoscopia, Biopsias, Vulvoscopias, etc cresceram 10%, passando de 168 059 para 184 874. Os Meios Complementares de Terapêutica no Domicílio cresceram 17,42%, passando de 11 530 para 13 538.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se no que diz respeito à melhoria na prestação dos cuidados de saúde e, conseqüentemente, nos ganhos em saúde, não restam dúvidas de que a Unidade de Saúde da Ilha do Pico constituiu um avanço certo e seguro que correspondeu integralmente às expectativas que nela tínhamos depositado; também é certo que nela tínhamos depositado a esperança de uma gestão mais racional dos meios materiais envolvidos. Vejamos se tal aconteceu.

O total de receitas importou em 11 398 589 €, sendo que destas 92,88% correspondem a transferências do Serviço Regional de Saúde e 5,07% a Vendas e Prestações de Serviços. Registe-se que para o período em análise, 2005/2006, as Receitas Próprias cresceram 45,54%, passando de 396 906 € para 577 678 €.

O total das despesas importou em 10 312 919 €, dos quais o montante mais significativo, correspondente a 49,27%, diz respeito às despesas com pessoal que cresceram apenas 2,55%, tendo também crescido os reembolsos em cerca de 14%. O crescimento global da despesa foi de 3,49%, tendo sido conseguido devido à contenção nos custos com pessoal que, como já afirmei, apenas cresceu 2,55%, sendo que decresceu também significativamente o pagamento de horas extra (- 9,56%) e das prevenções (- 3,26%) bem como a rubrica Compras que decresceu de 2005 para 2006, 17,86%.

Como sempre afirmámos, a gestão centralizada dos recursos humanos e materiais num único e competente Conselho de Administração, neste caso presidido pelo Dr. Ivo Soares, revelou-se um importante instrumento de gestão, como o prova o facto de ter havido acréscimos significativos nos ganhos em saúde para as populações e, em simultâneo, ter sido possível conter a despesa, por forma a que todos os compromissos financeiros assumidos tenham sido, pela primeira vez, integralmente cumpridos no respectivo ano económico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É justo realçar que para tal acontecer, foi indispensável a grande disponibilidade, empenho e dedicação de todos, ou praticamente todos, os 164 trabalhadores envolvidos, a eficaz gestão do seu tempo de trabalho e a máxima rentabilização dos meios disponibilizados localmente.

Não obstante a importância e a necessidade de serem ainda encontradas soluções para algumas questões pontuais, o Pico conseguiu, com a criação da Unidade de Saúde da Ilha, operacionalizar o sistema local de saúde.

A construção do novo Centro de Saúde da Madalena, com localização já definida, medidas cautelares aprovadas e plano funcional em fase de elaboração, será o passo seguinte da afirmação do Pico também no que diz respeito à prestação de cuidados de saúde.

Disse!

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Estão inscritos os Srs. Deputados Jaime Jorge, Hernâni Jorge e Pedro Gomes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Lizuarte Machado:

O PSD é capaz de reconhecer as melhorias que a instalação da unidade de saúde de ilha do Pico em 2004 trouxe de facto à prestação de cuidados de saúde na ilha, designadamente no aumento das consultas de especialidade, não sei exactamente em quantidade e nas especialidades todas que disse ali e que eu nem me atrevo a repetir, mas em algumas especialidades essa melhoria é notória.

O Sr. Deputado disse ali que a construção do novo centro de saúde da Madalena seria o próximo passo, no sentido e na direcção duma melhoria acrescentada àquilo que se vive hoje e eu julgo que ainda se poderia melhorar muito em muitos outros aspectos e passo a descrevê-los, chamando particular atenção ao Sr. Secretário Regional da Saúde para estas questões:

Em relação à deslocação de doentes, curiosamente e não obstante todas estas melhorias acontecidas na ilha, o número de deslocados para o Hospital da Horta começa a aumentar, verificando-se um aumento muito grande dos doentes que se deslocam todos os dias ao Hospital da Horta; é ver número de ambulâncias que todos os dias e em quase todas as lanchas estão em cima do cais transportando doentes dos Centro de Saúde das Lajes, de S. Roque e da Madalena para o Hospital da Horta; é ver que este aumento de deslocação de doentes pôs em evidência a falta de condições do transporte marítimo de passageiros.

De facto, assiste-se às vezes no transporte de doentes, nas lanchas da Transmaçor, a condições altamente degradantes, de doentes instalados em cadeiras de rodas colocados no corredor, a enfermaria e a ambulância de bordo sem espaço para mais doentes.

Portanto, esta é uma questão que é necessário repensar e melhorar antes de se ter efectivamente o novo Centro de Saúde da Madalena.

Por outro lado, há também outra questão relacionada com a deslocação de doentes pós-hospital de Horta que precisa de melhorias ao nível da sua coordenação.

Não é raro haver doentes deslocados para o hospital da Horta com consultas de especialidade marcadas que, depois de fazerem deslocações de muitos quilómetros, vindos, por exemplo, das freguesias da Piedade, Ribeirinha, Santo Amaro ou S. Roque, fazem uma travessia do canal, chegam ao hospital da Horta e a sua consulta

foi adiada sem qualquer aviso prévio dos serviços administrativos do Hospital da Horta.

Portanto, também aqui é necessário haver cuidado, haver atenção pelo desconforto que é fazer uma ou duas deslocações desta natureza para chegar ao hospital que lhe prestará esses cuidados.

Esta descoordenação e esta falta de atenção para com um direito dos doentes é, no mínimo, uma irresponsabilidade, uma falta de respeito pelos direitos que eles têm.

Já que o Deputado Lizuarte Machado trouxe a esta casa este assunto da saúde, é importante lembrar que nem tudo são rosas, que há aspectos que é preciso melhorar, que estão nas mãos do governo e que podem ser melhorados sem que para isso esteja de pé o novo Centro de Saúde da Madalena.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

**O Orador:** Termine já, Sr. Presidente.

Eu gostaria de lembrar que o próprio deputado que fez aqui esta intervenção, há poucos dias foi, digamos, vítima de uma situação desta natureza e ele próprio pode testemunhar o incómodo que isso lhe provocou.

Queria lembrar ainda, Sr. Secretário, que o Centro de Saúde da Madalena continua apenas com três médicos de família. São os médicos que mais doentes têm e no Conselho mais populoso haveria lugar para mais médicos. Eu sei que o Sr. Secretário, sempre que pode e sempre que tem oportunidade, faz referência aos concursos que são abertos para a unidade de saúde de ilha e que ficam desertos e, portanto, não está totalmente nas suas mãos preencher e dotar estes Centros de Saúde de mais médicos, mas chamaria a atenção para esta lacuna da Unidade de Saúde de Ilha, designadamente do Centro de Saúde da Madalena.

**Presidente.** Agradeça que o Sr. Deputado deixasse o resto para uma próxima intervenção, porque já ultrapassou em muito o seu tempo.

**O Orador:** Assim farei, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Embora com lacuna na voz, não gostaria de deixar de referenciar aqui duas notas de congratulação pela intervenção do Deputado Lizuarte Machado, destacando dois aspectos da mesma que evidenciou a redução significativa das consultas de urgência em 10% e o correspondente aumento, também significativo, das consultas de medicina familiar em 8%.

É um dado significativo, um aspecto extremamente importante que evidencia bem a competência e a direcção certa que a administração da Unidade de Saúde do Pico tem vindo a implementar neste particular, bem como os aspectos financeiros e a evidência que os números ali demonstraram que nestes dois exercícios de 2005 e 2006 foi possível, com o mesmo dinheiro, fazer mais racionalizando bastante os serviços e prestando mais e melhores cuidados aos utentes da ilha do Pico.

Quero congratular-me também, passe a redundância, com a congratulação do Deputado Jaime Jorge àquilo que foi a intervenção do Deputado Lizuarte Machado e àquilo que é a política de saúde que tem vindo a ser implementada pelo Governo Regional no Pico e pela Unidade de Saúde da ilha do Pico ao longo destes mais de dois anos, desde Abril de 2004, derivando depois para aquilo que são aspectos e preocupações também nossas, para além de algumas que subsistem na ilha quanto ao transporte marítimo e aos problemas que se relacionam com o encaminhamento de doentes para o Hospital da Horta.

Essa derivação, esta referência a problemas que estão fora do território da ilha e que estão fora daquilo que é a competência e a intervenção directa do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha, dão bem nota da razão que, pura e simplesmente inexistia ao PSD quando há três anos atrás provocou e motivou a reconhecida manifestação.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

**(\*) Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com toda a atenção o Sr. Deputado Lizuarte Machado a falar da saúde no Pico. Naturalmente que o Sr. Deputado tem todo o direito de escolher o momento em que faz a sua intervenção sobre esta área, mas não deixo de dizer que é pena que não



tenha contribuído ontem para o debate à interpelação provocada pelo Partido Social Democrata sobre a saúde, porque teríamos tido também a oportunidade de debater, se calhar, com outra profundidade as questões da saúde na ilha do Pico.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Não se esquecia de ontem para hoje.

**O Orador:** Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Também gostaria de dizer que, apesar do retrato traçado pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, não podemos esquecer que nem tudo são rosas na questão da saúde na ilha do Pico. Não podemos esquecer que em 14 de Dezembro de 2006, em vésperas de visita do Governo Regional ao Pico, o Sr. Dr. Ivo Soares, Presidente da USIP se demitiu, alegando dificuldades administrativas e financeiros na gestão da saúde da Ilha do Pico.

Depois em reunião com o Governo Regional e com o Secretário Regional dos Assuntos Sociais reconsiderou o pedido de demissão.

Não podemos esquecer, como dizia o Sr. Deputado Jaime Jorge, que o Centro de Saúde da Madalena do Pico tem apenas três médicos de família e vamos ver quantos utentes tem cada um deles: um tem 2.848, outro tem 2.544 e o terceiro tem 1.936 utentes, um número grande para um concelho que tem o maior número de habitantes da ilha do Pico e que tem curiosamente o menor número de médicos de família.

Nem tudo são rosas no retrato da saúde na Ilha do Pico.

Há também problemas complicados quando os doentes são referenciados a partir da Ilha do Pico e têm que ter tratamento no Hospital da Horta.

Não é apenas a situação que o Sr. Deputado Jaime Jorge aqui dizia, o problema é mais complexo, porque o Hospital da Horta, sendo um hospital que pratica uma medicina diferenciada e com especialista único, tem graves problemas a dar resposta às inúmeras solicitações dos doentes deslocados da ilha do Pico para tratamento neste hospital. Esta é uma questão que não foi afluída pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, mas que é um problema que afecta as pessoas e para o qual o Governo Regional ainda não deu resposta, ou seja, há doentes que atravessam o canal, muitas vezes em condições tormentosas, que chegam ao Hospital da Horta e este não tem capacidade de resposta para estes doentes, porque não tem os meios humanos para

dar resposta a cidadãos como nós que têm direito a ter acesso em condições de equidade e de igualdade aos serviços de saúde.

Portanto, o retrato não é um retrato cor-de-rosa, como também não é um retrato cor-de-rosa aquele que o Tribunal de Contas referenciou em 2006, quando em auditorias anteriores detectou que os centros de saúde da ilha do Pico tinham realizado um conjunto de despesas sem cabimento orçamental e o Sr. Dr. Ivo Soares, Presidente da Unidade de Saúde da ilha do Pico é um dos médicos que está a ser julgado pelo Tribunal de Contas por uma infracção financeira e eu queria perguntar directamente ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais o que é que a Secretaria Regional fez em relação a esses profissionais de saúde.

Já agora, as notícias de hoje divulgam também que há gestores do Centro de Saúde da Ribeira Grande que estão a ser julgados pelo Tribunal de Contas por infracções cometidas em 2003 e gostaria de saber o que é que a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais vai fazer em relação a estes profissionais? Vai prestar apoio jurídico? Vai pagar as eventuais coimas a que eles estejam sujeitos? É porque a tutela é do Governo Regional e certamente que aquilo que eles fizeram, no domínio financeiro que deu origem a este tipo de processos, não o fizeram sem o apoio e sem a cobertura pelo menos política do Governo Regional.

Assim sendo, eu pergunto: vai o Governo Regional responsabilizar-se e deixar que sejam apenas os gestores das unidades de saúde, as vítimas duma política financeira errada do Governo Regional, ou praticou ou vai praticar qualquer outro tipo de solidariedade ou vai assumir ou não as suas responsabilidades políticas, enquanto tutela da área de saúde nesta matéria?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

**(\*) Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, gostaria de dar os parabéns ao Sr. Deputado Lizuarte Machado pelo magnífico trabalho de investigação que fez e apurando os dados referentes a estes dois anos de actividade da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, demonstrando assim

que o programa do Governo e as políticas do Partido Socialista têm razão de ser e estamos no bom caminho.

Também em relação à intervenção do Sr. Deputado Pedro Gomes, eu percebo-a, porque depois de uma interpelação falhada ao Governo na área da saúde, hoje com novas perguntas e novas intervenções para tentar salvar a honra do PSD, o que demonstra que, após ouvirmos a intervenção do Deputado Lizuarte Machado e após ouvirmos as preocupações do Sr. Deputado Pedro Gomes, novamente a fazer perguntas ao Sr. Secretário, perguntas essas que demonstram a desatenção do PSD, porque já foram respondidas aqui no próprio plenário, isto é uma demonstração de que afinal extemporânea não é a intervenção do Deputado Lizuarte Machado, extemporânea foi, sim, a interpelação do PSD ao Governo na área da saúde.

**Presidente:** Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar pelo Sr. Deputado Pedro Gomes.

Eu centrei a minha intervenção em dois exercícios completos de actividade da Unidade de Saúde da ilha do Pico, 2005 e 2006. Não quis falar do passado do PS que já vai com 11 anos de Governo, nem do passado do PSD que também teve muitos anos no Governo.

Eu centrei-me nestes dois anos, porque são dois anos de claros objectivos de funcionamento de uma unidade de saúde de ilha que tem resultados ao nível da prestação de cuidados de saúde a também ao nível financeiro, ao nível da assumpção e ao nível do cumprimento dos compromissos assumidos nessa área.

Evidentemente que há problemas, eu próprio referi que há ainda uma série de coisas que têm que ser afinadas, temos alguns problemas na Unidade de Saúde de Ilha, nomeadamente no atendimento imediato ao utente quando chega ao chamado primeiro atendimento. São questões que estão a ser tratadas e que irão progressivamente sendo melhoradas, mas para as quais existe um conjunto de limitações imensas que têm a ver com a forma de como se mexe nestas coisas da Administração Pública.

Não me referi ao número de utentes por médico de família no Centro de Saúde da Madalena, porque intencionalmente não me quero referir à forma como foi transferido um médico para S. Roque, como também não queria referir-me à manifestação. Se calhar uma coisa está ligada à outra, mas eu prefiro não me referir a isso, prefiro falar de coisas mais sérias e mais objectivas.

É evidente que há dificuldades relativamente à deslocação de utentes.

A maioria dos utentes do Pico são deslocados ao Hospital da Horta por via marítima e isso acarreta algumas dificuldades, como todos sabemos.

Ainda bem que o Sr. Deputado Pedros Gomes se lembrou. Foi pena que há 15 ou 20 anos atrás o PSD não se tivesse lembrado de que um hospital com especialidades de um único especialista, é sempre um hospital que presta cuidados muito limitados, é um misto entre um Centro de Saúde e um hospital a sério e, portanto, tem sempre limitações. Nós sabemos que é assim e queremos libertar-nos ao máximo dessas limitações – eu próprio ainda há pouco tempo o escrevi e o afirmei. Estamos a tentar que isso aconteça e acredito que lá chegaremos.

Há também problemas com consultas mal marcadas, é verdade, e o Sr. Deputado Jaime Jorge sabe. Eu fui a Ponta Delgada para uma consulta, cheguei lá não tinha consulta, porque se tinham enganado e tinham marcado para outra especialidade. São questões que à entrada dos hospitais centrais, em termos de triagem, devem ser melhor tratadas, mas é absolutamente indiscutível a melhoria que houve, não só na prestação de cuidados de saúde, mas também na utilização racional dos meios humanos e materiais, na gestão financeira da Unidade de Saúde de Ilha.

Como o Sr. Deputado Jaime Jorge disse é verdade que a deslocação de doentes por conta da Unidade de Saúde de Ilha cresceu bastante, mas cresceu também, como o Sr. Deputado sabe, por via da implementação das consultas de especialidade na ilha e pelo facto dos especialistas que se deslocam à ilha referenciarem muitos doentes para consultas nos hospitais centrais da Região ou até mesmo fora da Região, cujo acompanhamento eles próprios depois acabam por fazer e pelo facto de alguns meios de diagnóstico e terapêutica, mas sobretudo de diagnóstico, terem passado a ser feitos no Pico, como a questão das mamografias e uma série de outros exames que, sendo feitos no Pico, obviamente fazem um despiste maior, referenciando também mais

doentes para uma segunda análise que tem que ser feita e que muitas vezes, felizmente, não corresponde a nenhuma situação em concreto em termos de doença, mas que obriga a que os doentes sejam deslocados para confirmarem, numa segunda observação.

Isso é positivo, acarreta custos enormes, é verdade, mas acarreta também vantagens e acarreta um acréscimo enorme em termos de qualidade de vida e de qualidade na prestação dos cuidados de saúde.

A nós preocupa-nos que à Unidade de Saúde de Ilha se afectem os meios materiais necessários ao desempenho das suas funções. É também nossa preocupação que a afectação desses meios corresponda a uma melhoria da qualidade na prestação dos cuidados de saúde.

Foi isso que aconteceu de 2005 para 2006 e é com isso que nos congratulamos. Não estou a fazer qualquer tipo de política ou politiquice com isso, não estou a referenciar nada do passado de ninguém, estou apenas a referir dois exercícios completos. Os números que apresentei são absolutamente rigorosos, são claros, são objectivos e congratulo-me com o facto do Deputado Jaime Jorge ter reconhecido um avanço significativo na melhoria da prestação de cuidados de saúde no Pico.

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

**O Orador:** Terminou já, Sr. Presidente.

Relativamente à congratulação do Sr. Deputado Jaime Jorge, não me surpreende a sua posição, mas gostaria de ver essa posição assumida por outros dirigentes do PSD do Pico, nomeadamente por aqueles que fomentaram a famigerada manifestação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para esclarecimentos.

**(\*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quero registar com agrado a apresentação da situação relacionada com a Unidade de Saúde da Ilha do Pico feita pelo Deputado Lizuarte Machado que aqui traz, de facto, uma constatação evidente que desde 2003 foi implementada na unidade de saúde.

Queria responder ao Sr. Deputado Pedro Gomes dizendo-lhe que o Governo Regional, desde o ano passado, e logo que tomou conhecimento que alguns administradores dos Conselhos de Administração dos Centros de Saúde estavam a ser notificados individualmente pelo Tribunal de Contas para efeitos julgamento, uma vez que tinham assumido despesas sem cabimento, de imediato se disponibilizou e criou uma resolução em que dá total apoio jurídico e os encargos resultantes desses apoios, como também disponibilizou toda a documentação e informação possível que fundamentasse as decisões tomadas, porque entende que estes administradores o fizeram na salvaguarda dos serviços das instituições que prestam e da qualidade do serviço prestado e indispensável às populações, porque é impossível manter em funcionamento unidades de saúde com os recursos humanos que nós temos que não haja necessidade de se recorrer a situações de excepção.

Por isso mesmo, volto a referir, o Governo de imediato fez uma resolução a assumir esses encargos e tomou as iniciativas de regularizar as despesas do Centro de Saúde, tal como ontem tive oportunidade de afirmar, e a partir de agora disponibilizar os recursos financeiros para que situações que aconteceram no passado não voltem a acontecer, porque estes administradores e esta gente que está à frente dos conselhos de administração é gente séria, é gente competente e temos que manifestar a nossa total solidariedade, tal como o Governo fez quando tomou conhecimento dessas situações.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge. Tem apenas três minutos.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados Lizuarte Machado e Hernâni Jorge, eu de facto fui capaz de reconhecer aqui algumas melhorias na Unidade de Saúde de Ilha do Pico nestes dois anos que leva de funcionamento, mas gostaria que esse facto não servisse para os meus amigos se encherem de demasiado orgulho, de ficarem demasiado ufanos com os objectivos alcançados e que isso não vos cegasse na medida em que ainda há

muito para fazer em termos de melhoria do Sistema Regional de Saúde, de melhoria da Unidade de Saúde de Ilha do Pico.

Eu gostaria de lembrar que, de facto, o registo da minha parte da constatação de algumas melhorias veio depois acompanhada também pela denúncia de algumas situações que urge, de facto, serem melhoradas.

Eu gostaria que o sucesso que em parte a USIP alcançou fosse mais uma motivação para resolver os problemas que ainda não foram resolvidos e que ficaram aqui bem patentes nesta discussão, designadamente no que diz respeito à USIP e à necessidade de deslocação de doentes para o Hospital da Horta.

Se o tempo ainda me permite, Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que a especialidade de fisioterapia não se pode incluir naquela longa lista que o Sr. Deputado Lizuarte Machado ali descreveu, porque o único técnico desta especialidade encontra-se no Centro de Saúde de S. Roque. Todos os médicos dos outros dois Centros de Saúde da ilha do Pico mais distantes estão a prescrever consultas para aquela localidade e dada também a impossibilidade dos Bombeiros Voluntários das Lajes do Pico transportarem gratuitamente esses doentes até S. Roque, por falta de viatura própria como constatou recentemente uma comissão que lá esteve, muitos desses doentes estão a fazer essa deslocação em táxi a expensas própria e que, como sabem, ainda são alguns quilómetros.

Portanto, há aqui necessidade de uma melhor interligação com outros serviços que dão apoio à deslocação desses doentes, no sentido destas pessoas acabarem por verem reduzidas as despesas que têm por mais este atendimento.

Gostaria de deixar aqui este alerta para que a mobilização fosse total no sentido de resolver as questões ainda pendentes, porque o único problema que está por resolver relacionado com a saúde da ilha do Pico não será resolvido apenas com a construção do novo Centro de Saúde da Madalena. Há muitas tarefas ainda que devemos levar avante e que nos devem mobilizar a todos antes de chegar a essa fase do nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Informo que o PSD esgotou o seu tempo.

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

**(\*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Apreciei a sua intervenção, as suas críticas objectivas e também construtivas e gostaria de esclarecer o seguinte:

Eu não tenho agora presente o número do suporte legislativo que contempla esta situação que acabou de referir na área da fisioterapia, mas gostaria de esclarecer, em primeiro lugar, que a fisioterapia é uma área técnica de diagnóstico e terapêutica; fisioterapia é uma área e especialização médica. Nós na Região só temos três médicos fisiatras, mas temos, sim, fisioterapeutas na grande maioria das unidades de saúde, como acontece na ilha do Pico.

Acontece que o actual normativo que regulariza o transporte de doentes para os centros de saúde, doentes que estão em hemodiálise, doentes oncológicos ou doentes com limitação na sua mobilidade, também contempla o apoio de pagamento de transporte a esses doentes.

Por um lado, poder-se-á explorar a situação dos Bombeiros Voluntários quando há transporte adequado para isso, quando não há, esse suporte legal permite que esses doentes possam usufruir, e depois terei muito gosto em identificar, do suporte legislativo actual que fizemos para regulamentar essa situação.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado para esclarecimentos.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Na parte final da minha intervenção tive o cuidado de dizer que ainda havia muito para fazer, desde logo o novo Centro de Saúde da Madalena e antes disso a definição das valências.

Não está tudo feito e nunca estará tudo feito. O que falta fazer é sempre muito mais do que aquilo que está feito e o nosso objectivo é, de facto, prestar cada vez mais e melhores cuidados de saúde, referenciar e deslocar os nossos doentes sempre da melhor maneira.

Ter que referenciar doentes, e essa é uma aspiração nossa em termos da ilha do Pico e julgo que partilha desta minha ambição e desta nossa aspiração, para um hospital



central que não tem determinadas especialidades, é uma questão que objectivamente não pode continuar, porque além de ser um empecilho ao tratamento e ao próprio doente e ser uma grande chatice, custa muito dinheiro e não faz sentido. Neste momento já se avançou bastante, vão e vêm só os papéis e o doente já não vai, mas, apesar de tudo, creio que não é preciso ir e vir os papéis, o doente terá que ser referenciado exactamente a onde deve ir. Essa questão também será um passo significativo.

É verdade que neste caso do Pico, se pensarmos no número de habitantes, se calhar um centro de fisioterapia chega e sobra, mas se pensarmos na dimensão territorial, na dispersão das populações e nas faixas etárias que mais procuram e que não são referenciadas para este tipo de tratamentos, provavelmente teremos que repensar melhor esta situação, até porque ao criar-se o serviço, criaram-se também necessidades, os médicos passaram a referenciar mais utentes a este tipo de tratamentos e a este tipo de serviços.

Estamos atentos a isso e a nossa aspiração é melhorar tudo aquilo que for possível melhorar. Não é atingir o óptimo, porque isso é impossível.

É nesse sentido que temos vindo a trabalhar; foi nesse sentido que, contra alguns, criamos a Unidade de Saúde da Ilha do Pico; tem sido nesse sentido que a Unidade de Saúde da Ilha do Pico, o seu Conselho de Administração e os seus trabalhadores têm trabalhado. São esses resultados que vamos paulatinamente melhorando, como se viu nos números que espelhei na minha intervenção, e é ainda a melhoria desses resultados e desses números que vamos sempre prosseguindo, que vamos sempre tentando melhorar e que acredito que é possível que todos consigamos alcançar.

Obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Com este esclarecimento acabámos o período de tratamento de assuntos políticos.

Vamos fazer um intervalo regimental de 30 minutos e voltamos para entrarmos no Período da Agenda.

Muito obrigado.

*(Eram 18,00 horas)*

*(Neste momento o Sr. Presidente da ALRA retoma o seu lugar na mesa).*

**Presidente:** Vamos recomeçar os nossos trabalhos, entrando no período da Agenda da Reunião.

*(Neste momento o Secretário da Mesa, Deputado Cláudio Lopes, foi substituído pelo Deputado Luís Henrique Silva).*

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos.

Recordo que nós estávamos a apreciar a **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre o SIDER** e estava inscrito o Sr. Deputado António Marinho para uma terceira intervenção e o Sr. Deputado Jaime Jorge para uma segunda intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**Deputado António Marinho (PSD):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge. Eu sei que quando se interrompe um debate sobre um diploma, é sempre difícil depois retomar.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que é difícil, porque se perde o ritmo de intervenção, mas ontem na minha primeira e única intervenção sobre este debate tinha colocado objectivamente uma questão ao Sr. Secretário Regional da Economia, não sei se ele ainda se recorda, sobre a diferenciação dos critérios de consulta das associações e das câmaras de comércio relativamente à primeira e segunda forma do diploma.

O Sr. Secretário, provavelmente distraído pelas questões que os meus colegas colocaram, acabou por não responder a esta, mas eu gostaria de ter objectivamente, uma resposta do Sr. Secretário e daí que não tenha prescindido da palavra.

**Presidente:** Todos os Srs. Deputados e Membros do Governo dispõem, a partir de agora, de três minutos por intervenção.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de responder directamente ao Sr. Deputado Jaime Jorge, porque me esqueci de responder ontem.

A realidade é esta:

Nós enviámos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional a todas as associações, às câmaras do comércio, à AICOPA, à ARESP, enfim, divulgamos da forma mais intensa possível todo o documento.

Eu próprio tive uma reunião com o Sr. Presidente da Associação de Empresários do Pico e o que ele me falou foi da necessidade da AEP participar, de igual modo como as câmaras do comércio, na avaliação das candidaturas. É algo que fiquei de pensar e de verificar o que é que poderíamos fazer, mas disse-lhe que, à partido, isso seria difícil, dado a dificuldade que existe no cumprimento dum conjunto de critérios que são necessários que ocorram de uma forma uniforme em todas as ilhas dos Açores.

Da mesma forma a AICOPA também gostaria de participar na avaliação das candidaturas. O mesmo podia ocorrer também com a ARESP, com a Associação dos Hoteleiros, enfim, com um conjunto de outras entidades sectoriais por ilha ou até por concelho. Temos por exemplo o caso da Associações dos Jovens Empresários da Lagoa, dos empresários de Santa Maria, de S. Jorge, etc. e, portanto, havia um conjunto muito vasto de associações que gostariam de entrar nesse processo, mas nós temos que ter algum limite na nossa descentralização.

A Região Autónoma dos Açores tem neste momento o sistema mais transparente e mais centralizado que existe no país. Não há paralelo no Continente Português nem na Madeira.

As câmaras de comércio reúnem em si um conjunto muito vasto de actividades, tais como o comércio, a indústria, a construção civil, os serviços, o turismo e, portanto, são as instituições indicadas, até porque os sistemas de incentivos têm critérios uniformes nessas diversas actividades para, com o corpo técnico e a experiência que já têm, serem as únicas a avaliar o sistema.

Outra coisa será pertencer à comissão de selecção, outra coisa será verificar se a avaliação feita está correcta ou não.

No nosso entender, neste momento, o que é importante é que haja critérios uniformes em todas as ilhas dos Açores, que as candidaturas ao entrarem nas câmaras de comércio os empresários sintam que elas estão a ser analisadas de forma uniforme, independente da ilha, do concelho ou do sector em que estão a ser analisadas. Foi esta a nossa preocupação.

Em relação a algumas críticas feitas ontem, eu gostaria apenas de referir o seguinte:

A pressa que nós tivemos de apresentar este documento foi a máxima. Começámos a trabalhar bem cedo, em Maio ou Junho do ano passado, primeiro com uma comissão para agilizar e para deslocalizar os actuais sistemas de incentivos, comissão que foi presidida por um elemento da Universidade dos Açores e com muitos elementos da banca.

Depois entregamos à câmara do comércio e a todas as entidades a Proposta de Decreto Legislativo Regional, seguindo-se um conjunto de reuniões que tivemos ao longo de Outubro, Novembro, Dezembro, que terminaram em Janeiro, depois a aprovação em Conselho do Governo, envio para notificação da Comunidade Europeia, reuniões com as diversas comissões da União Europeia e, portanto, enviámos este processo o mais depressa possível.

É evidente que os empresários sentem que desde 1 de Janeiro não têm o sistema de incentivos de apoio. Existem, de facto, alguns investimentos que estão a aguardar esse sistema de incentivos. Nós tivemos o cuidado que ele entrasse em vigor a partir de 1 de Janeiro deste ano. Este ano há uma situação excepcional, mas que não pode ocorrer nos próximos anos, ou seja, não se pode começar uma obra sem apresentar primeiro a candidatura. Excepcionalmente isso ocorre este ano.

É evidente que os empresários têm pressa, mas cabe ao Parlamento julgar da sua pressa.

Existem outras pequenas críticas que eu poderia passar em detalhe, mas guardo para outra oportunidade para o fazer.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como afirmei na Comissão de Economia, aliás, está no relatório, esta Proposta de Decreto Legislativo Regional constitui um grande avanço em relação ao anterior sistema de incentivos, tal como foi referido pelo Sr. Secretário Regional da Economia, um avanço no sentido da transparência e duma maior clareza.

Penso que as palavras do Sr. Secretário foram mal interpretadas aqui no plenário, uma vez que creio que, quando o Sr. Secretário falou em mais clareza e mais transparência, se estava a referir em concreto a uma proximidade maior desta casa nos controlo destes sistemas e destes processos, uma vez que todos os anteriores foram claros e transparentes e ninguém põe em causa o que foi feito, nomeadamente as avaliações, os projectos, etc, etc.

Eu partilho um pouco da preocupação que ontem o Sr. Secretário manifestou num documento que possuí da câmara do comércio de que se calhar, em termos legislativos, até se terá ido talvez um pouco longe de mais, porque a actividade económica não se compadece com os *timings* dos processos legislativos e, por essa via, não podemos perder negócios que venham a ser estruturantes ou a revelarem-se fundamentais para o desenvolvimento da Região ou de uma ou outra ilha.

Por outro lado, também afirmei, na Comissão de Economia, a minha preocupação, que está transcrita no relatório, pelo facto da Associação Empresarial do Pico ficar fora deste esquema. É verdade que estamos a falar das câmaras de comércio que se situam ao nível do subsistema de apoio ao desenvolvimento local, são projectos mais pequenos, projectos com mais limitações, mas apesar de tudo e compreendendo os argumentos da maioria das associações ou quase todas, que não são muitas, compreendendo o argumento de que não têm, capacidade técnica, compreendendo o facto de que o Sr. Secretário tem que conciliar e dar resposta a um conjunto de associações, algumas até de natureza concelhia e de mais variadas naturezas e que os critérios devem ser uniformes e não se pode andar aqui a espartilhar e haver critérios diferenciados consoante o sítio onde é feita a análise, mesmo assim custa-me a entender e a perceber que a segunda maior ilha dos Açores, e aqui a questão da dimensão territorial tem alguma importância, porque a dimensão territorial aqui traduz-se numa potencial capacidade de oferta diversificada que, há excepção de S. Miguel, possivelmente nenhuma outra ilha tem, não possa entrar a Associação

Empresarial do Pico, para dar um parecer ou a acompanhar uma análise. Não vejo que isso fosse afectar grandemente os critérios.

Portanto, de qualquer maneira, como o Sr. Secretário disse, reflectir-se-á melhor sobre isso e penso que conseguiremos esse desiderato.

Quanto ao diploma em si, é um excelente diploma, permite uma maior proximidade a esta casa.

Em alguns aspectos, repito, partilho da preocupação da câmara de comércio de que alguns aspectos deste diploma se calhar ainda poderiam continuar a ser regulamentados e não estar aqui na Proposta de Decreto Legislativo Regional, embora perceba que estejam aqui e perceba por que é que o Sr. Secretário os colocou perceba a sua preocupação.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

**Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

O argumento da falta de capacidade técnica que já utilizou anteriormente na reunião da Comissão de Economia é um argumento que, para nós, não colhe. Trata-se de emitir um parecer, uma opinião, não se trata de emitir um estudo de viabilidade económico-financeira.

Portanto, eu acho que as pessoas que estão envolvidas nas associações, que são elas próprias comerciantes que estão habituados a investir, têm suficiente capacidade para avaliar se um diploma é-lhes benéfico às suas pretensões, aos seus objectivos de investimento ou não e apresentar as críticas resultantes dessa análise e, portanto, nessa medida não acredito que elas precisem assim tanto de um corpo técnico para emitir um parecer.

Quando algumas delas apontam a sua pretensão de fazerem parte do circuito de análise das candidaturas aos investimentos, aí estou de acordo consigo. Na emissão dos pareceres já não estou e acho que esse argumento que usou é um argumento que não colhe e gostaria que, no futuro, esta nossa preocupação e designadamente a preocupação da Associação de Empresários da ilha do Pico que lhe é manifestada a si

e depois a nós, fosse tida em conta na discussão de outros diplomas que venham a suscitar a opinião destas gentes.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós contamos com a Associação dos Empresários do Pico para serem também nossos parceiros. Acabámos de formular um protocolo com esta associação, protocolo esse que vai permitir que a Associação dos Empresários do Pico possam ter dois técnicos à sua disposição.

Nós contamos com a Associação dos Empresários do Pico como parceiro numa ilha que é importante no contexto regional, mas é evidente que há alguns princípios em que nós não podemos ceder, como também não podemos ceder às Câmaras de Comércio. Nós temos também que ter a capacidade de poder decidir e propor à Assembleia Legislativa Regional aquilo que achamos melhor.

No caso concreto de análise de candidaturas, nós achamos que a Associação de Empresários do Pico não está em condições de o fazer. Se abrissemos uma excepção, permitiria que a AICOPA e a ARESPE também pedissem e, portanto deixaríamos de ter uma análise global do sistema, com critérios uniformes, e correríamos o risco de ter visões sectoriais de ilha ou concelhias.

Em relação às críticas feitas ontem, vou repetir alguns argumentos que já fiz, mas de qualquer das maneiras gostaria de aqui vos apresentar novamente.

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional apresenta as taxas e apresenta os critérios de análise. É evidente que o Governo Regional ao tornar aberto o sistema e não fechado como era anteriormente, ao não haver dotações orçamentais para cada fase de candidatura, porque as fases de candidatura se revelaram a entraves ao sistema, porque temos de canalizar todas as candidaturas até ao final e por vezes temos que esperar por alguns documentos que os promotores nunca entregam a tempo e é, por vezes, difícil de se exigir, porque há um elemento essencial que falha e nós não podemos fazer a análise a todas as candidaturas à espera que sejam entregues todos os documentos, traduzindo-se num entrave ao sistema e, portanto, ou temos um

sistema aberto ou temos que ter algum controlo, porque nós temos um orçamento que tem que ser cumprido e por isso as taxas poderão eventualmente ser alteradas por decreto regulamentar.

No que diz respeito a novas áreas, a nossa política é introduzir novas áreas, não retirando as áreas que existem.

No Empreende Jovem já tínhamos colocado a possibilidade do Governo Regional, através de decreto regulamentar, ouvindo as diversas instituições, nomeadamente o CRI, as Câmaras do Comércio, como sempre ouvimos, introduzir novas áreas que podem eventualmente serem necessárias introduzir.

O investimento não espera. Se nós vamos esperar 3 ou 4 meses para a aprovação de um diploma, para depois fazer um decreto regulamentar, nós precisamos que isso aconteça o mais rapidamente.

Relembro mais uma vez o anterior sistema de incentivos, que foi classificado nesta Assembleia, e aprovado por unanimidade.

Nós, apesar de tudo, tivemos que remodelar uma vez o Decreto Legislativo Regional e tivemos que alterar os decretos regulamentares oito vezes. Basta só olhar para o artigo 40.º e ver as normas revogatórias de todos os decretos que foram com o tempo sendo revogados e alterados.

Num sistema destes se temos num decreto legislativo tudo o que é regulamento, vamos ter que fazer imensas alterações, pelos menos duas a três vezes por ano e andamos a mudar de decreto legislativo regional e de regulamentos, o que também não se traduz numa estabilidade do sistema.

É preciso perceber que num decreto regulamentar há muitas minudências que são necessárias trocar e que por vezes há erros, há verificações que, na prática, não funcionam daquela maneira e preciso fazer pequenas alterações.

**Presidente:** Agradecia ao Sr. Secretário que fosse concluindo.

**O Orador:** Continuarei depois, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Debatidos os aspectos essenciais e, no dizer do Sr. Deputado José do Rego, os pormenores, que como o PSD demonstrou, eram afinal por maiores, importa reter algumas conclusões.

Um diploma desta importância e natureza estruturante devia ser pretexto para um debate profundo sobre a política económica e sobre o impacto previsível do quadro de incentivos ao investimento, na modelação futura dos mais importantes sectores da economia regional. Não foi, porque o PS não quis.

Não foi, portanto, um debate importante pelo que contém o diploma, foi um debate importante pelo que não contém e devia conter e pelo significado político dessas omissões.

O sector empresarial açoriano está certamente expectante e merece um bom sistema de incentivos, mas não é este sistema de incentivos que a Assembleia se prepara para aprovar.

Nenhum empresário saberá, a partir deste diploma, quais são os projectos prioritários, a configuração dos investimentos mais ou menos apoiados, o volume e nível de apoios em concreto.

Nenhum empresário pode, a partir deste diploma, fazer simulações tendentes a apurar se poderá concretizar uma concreta intenção de investimento enquadrada por apoios públicos.

Em síntese, o diploma que vai ser aprovado não revela claramente prioridades e opções estratégicas, não é, como devia ser, adequadamente selectivo e orientador do investimento e modelador da oferta em cada sector de actividade.

É um conjunto de generalidades, normas incompletas, equívocas e graves lacunas que deixa, na prática, nas mãos do Governo tudo o que é relevante e decisivo para caracterizar e definir o quadro financeiro de apoio, incluindo a sua alteração a seu belo prazer e quando quiser.

A Assembleia não está, repito, com esta formulação, a aprovar um sistema de incentivos. Está sim (em sentido impróprio, é claro porque a figura não existe juridicamente), a dar uma “autorização legislativa” ao Governo, sem sequer lhe exigir que defina o conteúdo e o sentido da legislação que vai produzir.

O Governo fica autorizado a alterar o essencial, o nuclear do SIDER, a voltar a alterar as vezes que quiser as actividades e os projectos abrangidos, bem como as condições de financiamento sem dar “cavaco” à Assembleia. Já não pede um “cheque em branco”, o Governo acaba de pedir o “livro de cheques” e o PS, solidário e solícito como sempre, vai avaliar tal pretensão.

O PSD queria participar na construção dum sistema de incentivos assumidamente orientador do investimento, com claro sentido estratégico para a economia regional e que fosse, desde já, garantia de estabilidade, previsibilidade e segurança da actividade empresarial e do investimento de qualidade.

O Governo e a maioria absoluta que o suporta impedem-no em absoluto, restando-nos por isso um voto de abstenção fundamentado que quer dizer, sim, à necessidade de operacionalizar os sistemas de incentivos, mas quer dizer não a este simulacro de sistema de incentivos, que denota um insuficiente conteúdo normativo e que deixa ao Governo todo o poder real de conformação dos incentivos a atribuir.

É um voto responsável que põe os Açores e os açorianos primeiro, mas condena veementemente a intransigência, os expedientes e os truques jurídicos e parlamentares que o Governo usou para reservar para si todo o poder.

**Deputado Pedro Gomes (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Lamentamos finalmente que depois da experiência do SIDER, ainda em vigor, a solução que se segue seja afinal pior.

O povo costuma dizer: “depressa e bem não há quem”. O PS, mesmo devagar, não consegue fazer bem.

Sabemos que nesta Assembleia, sem prejuízo das divergências e até da acutilância que às vezes marca o debate político, todos queremos o melhor para os Açores, e há mérito e há inteligência política.

Respeitamos por isso opiniões divergentes e reconhecemos o mérito onde há mérito, a inteligência e a visão estratégica onde há inteligência e visão estratégica.

Todavia, prescindir ou desvalorizar continuamente o debate parlamentar e as aporções da oposição política, não é sinal, definitivamente, de inteligência nem de visão estratégica e desqualifica, objectivamente, a democracia.

Como diz o povo “mais vale tarde do que nunca”, mas dizemos nós também que “nunca é cedo para começar”.

Muito obrigado.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**(\*) Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discordo profundamente da declaração do PSD e digo com muita franqueza que até estranho, porque o anterior sistema de incentivos era muito menos preciso na sua formulação e na altura mereceu o voto unânime desta Assembleia.

Penso que este sistema de incentivos é um conjunto coerente, é um conjunto autónomo em relação ao continente português, depende apenas de nós, não estamos dependentes de nenhum sistema de incentivos nacional, ao contrário do III Quadro Comunitário de Apoio em que havia claramente subsistemas que eram de complemento a nível nacional.

Neste momento nós estamos independentes do sistema de incentivos nacional, permite estabilidade e permite também flexibilidade, privilegia os sectores emergentes da nossa economia, como o turismo, define claramente os sectores estratégicos da nossa economia, dá um sinal positivo aos investidores e um estímulo claro à inovação e à qualidade.

No meu entender este é um sistema melhor e os empresários estão contentes com ele. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do Partido Socialista, neste momento de final do debate, julgo que deve ser um momento de saudação pela aprovação deste diploma importante para as empresa dos Açores que aguardam ansiosamente por um diploma que vai reger nos próximos anos o sistema de incentivos de base regional para a nossa economia.

O debate que foi feito nesta Casa e na Comissão de Economia foi o debate que os Srs. Deputados quiseram e acordaram fazer.

Não podemos dizer que o PS não quis debater, porque nós estamos aqui para debater todos os assuntos.

O próprio PSD poderia não ter aprovado o agendamento deste assunto para esta sessão, podia ter levado para Julho ou Setembro e tinha todo o direito de dizer que não agendava este diploma. Não o quis fazer e acordamos que ele devia ser debatido agora e não podemos andar toda a semana a dizer que é pouco tempo. Houve o tempo que as pessoas quiseram, estamos aqui a debater o assunto e, portanto, o PSD não se pode refugiar em dizer que queria mais tempo, que queria debater, que queria ouvir, etc.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Ninguém está aqui a pedir tempo. Estamos a pedir respostas que os senhores não têm.

**O Orador:** Eu ontem já fui aqui muito claro ao dizer que o PSD se não está de acordo com alguma coisa diga.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Já dissemos. Acha que não chega?

**O Orador:** A estratégia definida para o sistema de incentivos para as várias áreas neste diploma está bastante clara e os nossos empresários perceberam que nos Açores haverá 4 grandes áreas em termos do desenvolvimento e que para cada área estão definidos quais são os critérios e quais são as taxas. Tudo está definido aqui.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** E a Assembleia fica fora de tudo!

**O Orador:** Relativamente à flexibilidade julgo que o Sr. Secretário foi muito claro e o Sr. Deputado Lizuarte já há bocado disse que os investimentos muitas vezes não se compadecem do processo legislativo.

Nós sabemos que neste processo, que agora fazemos numa semana, o decreto legislativo provavelmente levará um mês para ser publicado e depois para sair os decretos regulamentares. Está a ver que podia ser perdida alguma oportunidade de investimento nos Açores.

Por isso importa saudar a aprovação neste plenário, importa saudar o Governo Regional por ter sido activo e pró-activo para ter outros sistemas de incentivos o mais rápido possível para esta Região, o primeiro sistema de incentivos que vai aparecer ao nível do País. Importa, sim, saudar um sistema de incentivos estável, flexível e ágil, desburocratizado para o próximo futuro, para os Açores.

**Presidente:** Srs. Deputados, penso que estamos em condições de iniciar as votações. Vamos votar na generalidade o diploma SIDER (Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores)

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na generalidade com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente, e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Por uma questão de economia processual, e se a câmara não se opuser, íamos às propostas de alteração que vêm da Comissão e que presumo são subscritas pelo PS, conforme documento que chegará brevemente à mesa.

Vamos começar pelas propostas de substituição que vêm da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu julgo que em Comissão foram suficientemente debatidas e explicadas as propostas do Partido Socialista para este diploma, todavia importa, em termos de câmara, realçar alguns pontos que possam estar nessas propostas de alteração.

Relativamente à proposta de alteração para o artigo 6º, tem a ver com a uma congruência entre o artigo 27º, no seu ponto 3 que permite que bens de reposição, no caso dos navios, possam ser apoiados e, portanto, neste artigo 6º são considerados bens não ilegíveis os que estejam relacionados com a reposição. Neste caso é corrigir uma parte do diploma nesta matéria.

Relativamente ao artigo 14º é uma questão que a Câmara de Comércio havia levantado. Os 15% do investimento era total, mas só da parte ilegível.

Relativamente ao artigo 17º também tem a ver com uma questão levantada pela Câmara de Comércio, que era mais vasta e que tinha a ver com um esclarecimento sobre se eram as duas ou se era uma ou outra, portanto o e/ou exclusivas.

Nas subclasses dos serviços são abertas duas novas subclasses: 74 a 220 e 74 a 260 que têm a ver com empresas relacionadas com embalagens ou então com os *call-center*, as centrais de chamadas, que é um investimento que se tem visto no país a ser

deslocalizado dos grandes centros para zonas mais periféricas ou até dos Estados Unidos para algumas ilhas. Esta era também uma solicitação de um parceiro social.

Relativamente aos projectos previstos na alínea c) que tem a ver com a modernização de empresas que se localizem em vilas ou cidades, visam não só modernizar e qualificar esses espaços, mas também as próprias empresas.

Em relação ao estudo prévio há a realçar que esse estudo será feito numa responsabilidade conjunta entre as estruturas e a câmara municipal.

No artigo 20º é acrescentado um ponto 4, que fala do tipo de empresas a apoiar que não estavam previstas neste artigo e que passam a constar.

Relativamente às duas propostas finais, têm a ver com o definir quando é que se começa a contar os três anos em que as empresas ficam sem pagar o tempo de demora e são contados a partir do pagamento do primeiro incentivo.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às propostas de alteração elas não são em si mesmas criticáveis, mas também não introduzem melhorias significativas nem substantivas. Por essa razão a nossa abstenção não traduz um juízo negativo, mas sinaliza a sua relativa inocuidade para o efeito pretendido e que temos defendido desde o debate de ontem.

Existe apenas uma que eu gostaria de sinalizar em particular, a saber a proposta de alteração ao artigo 17º, alínea a) ao incluir as CAEs 74/820 e 74/860. E só por uma razão, Sr. Deputado José do Rego. É que, ironicamente, Vs. Exas. ao apresentarem uma proposta de alteração, acrescentando ao âmbito de aplicação do diploma, mais estas actividades, sem simultaneamente proporem a eliminação do nº 3 do artigo 17º, que é aquele que remete para decreto regulamentar regional e permite ao organismo gestor propor também ao Governo Regional propostas de alteração e por essa via conseguir o mesmo efeito, acabam por nos dar razão.

Portanto, aquilo que os senhores estão a fazer basicamente com esta proposta de alteração, é conseguir um efeito imediato, sem dúvida, na formulação do diploma à saída desta Assembleia. Mas, ao mesmo tempo que fazem esta proposta de alteração

e que tem este efeito imediato de ampliar o âmbito de aplicação do diploma, estão também a aceitar que a APIA ou, noutro caso, um qualquer organismo gestor dum subsistema qualquer, tudo entidades que não precisaram de ser eleitas, venha a acabar por despoletar uma iniciativa legislativa que, em termos práticos, vai ter o mesmíssimo efeito, só com uma diferença, Sr. Deputado José do Rego. É que esta proposta de alteração, em termos do âmbito destes subsistemas, é a última que V. Exas. vão fazer, porque acabaram por renunciar a esse direito ao patrocinar a manutenção do nº 3 do artigo 17º e dos outros sete pecados capitais deste diploma que eu ontem enunciei.

O tal organismo gestor ou a APIA, esses vão continuar uma, duas, dez, vinte vezes a poder propor ao Governo Regional as alterações que entenderem, nos mesmos termos em que os senhores o fazem aqui.

Chegados aqui, Sr. Deputado, diga-me lá uma coisa: visto daí, ao nível dum qualquer organismo gestor ou da APIA, como é que o senhor se sente? Ainda não nos dá razão? Face a tudo isto, Sr. Deputado, a mim dá-me a volta ao estômago.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

**(\*) Deputado José do Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem o seu líder parlamentar, após a exposição do Sr. Deputado Alberto Pereira, ficou menente com a sua exposição sobre esta matéria.

Eu quero dizer que não é o organismo gestor que vai fazer alterações. Quem está a abster-se de fazer alterações é o PSD no presente e no futuro.

Portanto, este diploma que estamos aqui a discutir é para ser aprovado pelos Srs. Deputados. Hoje faço essa proposta de alteração e quando bem entender posso fazer as propostas de alteração que quiser para este diploma.

O PSD não quer trabalhar agora e já está a dizer, em relação ao futuro, que isto é um problema do Governo e nós sobre esta matéria não temos nada a fazer. O que o organismo gestor vai fazer é referenciar junto do Governo que é necessário fazer algumas alterações e é o Governo, por decreto regulamentar, que fará as alterações que entender, mas nós deputados continuamos a poder fazer todas as alterações que

entendermos. Não venha dizer que não poderei fazer mais nenhuma, porque eu farei todas as que eu quiser e bem entender e o Sr. Deputados é que está aqui a abster-se para querer fazer agora e para sempre mais alguma.

**Vozes da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pequena e telegráfica precisão, porque não adianta eternizar este debate. A questão que o Senhor Deputado levanta já foi devidamente explicitada, diria que quase á exaustão.

É óbvio que V. Exa. percebeu o que eu quis dizer. Fez-se foi desentendido.

Eu não quis, obviamente, dizer (perdoe-me a imodéstia, mas não costumo dizer disparates jurídicos) que a Assembleia Legislativa perdeu o direito de legislar, que perdeu o direito de fazer um Projecto de Decreto Legislativo Regional, alterando o SIDER. Claro que juridicamente não é disso que se trata. Agora, os senhores sejam ao menos consequentes e reconheçam que, politicamente, isso tem efeitos.

Quando aceitam oito artigos, com remissões, para decretos regulamentares regionais, em que o Governo Regional vai acabar por alterar o âmbito e as condições de financiamento por proposta de organismos gestores ou da APIA; quando patrocinam essa solução, V. Exas. estão, politicamente, a renunciar ao direito que estão agora a exercer legitimamente como deputados. A expressão usada é, evidentemente, uma figura de estilo, mas convenhamos que, substantivamente, tenho razão no que digo.

Assim, resta dizer que quanto a todos esses oito artigos que eu classifiquei de pecados capitais - os outros são veniais, mas V. Exas. também não quiseram fazer a penitência de reformular o diploma – obviamente que vamos votar contra.

Muito obrigado.

**Presidente:** Parecendo não haver mais esclarecimentos, vamos votar todas as propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.



**Secretário:** As propostas de alterações foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Passamos agora à votação de todos os artigos, incluindo o remanescente daqueles que foram objecto de alteração.

Penso que o PSD quer votar separadamente alguns deles. Pedia ao Sr. Deputado Alberto Pereira o favor de indicar quais.

**Deputado Alberto Pereira (PSD):** Referia-me aos artigos 17º, nº 3, 20º, nº 7, 22º, nº 2, 25º, nº 7, 27º, nº4, 30º, nº 7, 32º, nº 2 e 35º, nº3.

**Presidente:** Deixem-me dizer, ironicamente, que estes são aqueles que têm pecados capitais, segundo a linguagem do Sr. Deputado Alberto Pereira.

Portanto, vamos votar todos os artigos do diploma, com excepção destes que foram anunciados pelo Sr. Deputado, que votaremos a seguir.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Vamos votar agora o nº3 do artigo 17º, o nº 7 do artigo 20º, o nº 2 do artigo 22º, nº 7 do artigo 25º, nº4 do artigo 27º, nº 7 do artigo 30º, nº 2 do artigo 32º e nº 3 do artigo 35º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstêm faça o favor de se sentar.

**Secretário:** As alíneas dos artigos anunciados foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 17 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

**Presidente:** Vamos fazer agora a votação final global do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 17 abstenções do PSD.

**Presidente:** Este diploma baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**(\*) Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Contrariamente ao que aqui foi afirmado ontem e hoje por alguns dos Srs. Deputados do PSD, a substância da estratégia deste sistema de incentivos está claramente explicitada nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Trata-se efectivamente de um diploma melhor estruturado do que os anteriores sobre a mesma matéria e com definições claras e objectivas, desde logo porque clarifica a natureza e montante dos incentivos que deixou assim de ser regulamentar.

Contrariamente ao que foi dito o “sumo” dos incentivos está nesta proposta, sendo que apenas as partes operativas continuam a ser regulamentares, mantendo-se a opção clara e ponderada de que apenas o que é processual deverá ser regulamentar e rapidamente ajustável às mudanças e às necessidades do mercado e das empresas.

A oportunidade do negócio ser inovador e estratégico para a Região ou até fundamental para o desenvolvimento de uma outra ilha, não se compadece com exercícios académicos, nem os açorianos entenderiam que tal negócio se perdesse por via desses exercícios académicos e do tempo perdido com eles.

Eu sei que por vezes é muito difícil discutir investimentos privados com funcionários públicos, mas mesmo assim a verdade é que este sistema de incentivos se destina ao mercado e às empresas e é por que tem que ser e é estável e flexível.

Disse.

**Deputado José San-Bento (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Não havendo mais declarações de voto, passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo Regional que promova medidas adequadas tendo em vista a revalorização e reestruturação da carreira de todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes”**, apresentado pelo CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP trouxe a esta Assembleia um Projecto de Resolução que visa fazer justiça a algumas situações dos trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes.

O Governo em boa altura fez justiça aos trabalhadores das aeroportuárias, entendemos que se devia também fazer justiça aos outros trabalhadores que abrangidos por um regime especial, de trabalho por turnos, de especial perigosidade, de disponibilidade permanente a qualquer hora, que mantêm a aerogare que funciona bem e, por isso, achamos que seria de inteira justiça reconhecer alguns direitos a esses trabalhadores.

À medida que este Projecto de Resolução foi sendo discutido, sofreu naturalmente evolução.

Quero aqui realçar também o trabalho e o contributo que a Comissão deu a esta matéria e dizer que desse trabalho da comissão resultou numa alteração que fiz, que já distribuí à mesa e aos grupos parlamentares.

O que é preciso é que se faça justiça a estes trabalhadores, na sequência do que o Governo já fez a outros e que foi também aqui aprovado nesta casa.

Portanto, apresentei a alteração em conformidade com o trabalho da comissão, como já realcei aqui, e julgo que, nestes moldes, merece a aprovação desta casa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Deputado Hernâni Jorge.

**(\*) Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Conforme já referiu o Sr. Deputado Artur Lima a Comissão teve oportunidade de apreciar este Projecto de Resolução, tendo concluído, na sequência das audições efectuadas ao proponente, que não integra a comissão, e ao Governo Regional, através do Sr. Secretário Regional da Economia, que nem todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes desempenham funções que, pelo conteúdo funcional inerente, justificam a criação de um regime especial de carreiras e nessa ordem de ideias surgiu o propostas que consta do relatório, que foi acolhida pelo CDS/PP,

considerando que nos casos em que tal não se justifique, mas onde eventualmente, em virtude das particulares situações de desempenho das funções laborais, possam justificar-se a atribuição de outros acréscimos à remuneração, designadamente os subsídios por turnos e IHT, poderá eventualmente a entidade patronal, o Governo Regional disponibilizar e deitar mão desses expedientes.

É isso, em síntese, o que resulta do relatório da comissão, da análise que foi feita e da proposta de alteração que o proponente, o único que tem competência, tratando-se duma resolução, para propor alterações à sua iniciativa, já entregou nesta casa.

Nessa perspectiva o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está de acordo com o Projecto de Resolução, atendendo às alterações entretanto efectuadas com o encontro das sugestões da comissão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este assunto que é objecto deste Projecto de Resolução tem merecido atenção do Grupo Parlamentar do PSD de algum tempo a esta parte.

Recordo que a 6 de Julho de 2006, precisamente há um ano, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou um requerimento colocando exactamente esta questão, uma questão de clara injustiça, porque trabalhadores que exerciam exactamente as mesmas funções nas várias ilhas do Açores tinham tratamentos diferenciados, designadamente em termos de vencimento, que deriva da diferente tutela das estruturas aeroportuárias da Região, sendo que nos casos da ANA e da SATA receberiam mais do que aqueles que dependeriam da Secretaria Regional da Economia, da Região, na Aerogare das Lajes.

Todas estas questões foram sendo abordadas ao longo do tempo. Curiosamente este requerimento que o PSD fez em 6 de Julho, colocando as questões com precisão, com objectividade e com rigor, mereceu uma resposta lamentável do Governo Regional que se limitava a dizer que os assistentes de operações aeroportuárias já tinham visto a sua situação regularizada.

Ora, não era isso que se perguntava e mais uma vez o Governo Regional, confirmando aquela estratégia de não responder aos requerimentos que lhe são

dirigidos, exactamente não apresentou uma solução para estes claros casos de injustiça daqueles trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes.

Com o Projecto de Resolução agora apresentado e com as evoluções que o processo foi tendo, recordando que o próprio relatório foi tendo evoluções, na própria comissão o processo foi tendo um conjunto de evoluções, mas parece que se chegou a um ponto de consenso e de resolução efectiva duma situação de clara injustiça que perdurou lamentavelmente durante alguns anos, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor deste Projecto de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Francisco Coelho.

**(\*) Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista também tem acompanhado com atenção este problema.

Não o tendo aqui, mas creio que eventualmente a 5 de Julho de 2006 também fizemos um requerimento sobre esta matéria e temos também tentado sensibilizar o Governo, sendo certo que sempre defendemos que deve ser tratado especificamente o que é específico, ou seja, é preciso não esquecer que temos aqui trabalhadores que desempenham categorias que têm verdadeira especificidade ao nível do trabalho aeronáutico e esses devem merecer um tratamento diferenciado e tanto quanto possível numa situação de igualdade com os restantes, e há outros trabalhadores que, pertencendo a carreiras ou categorias gerais, não têm especificidade ao nível dessa função, podendo eventualmente ter, sim, a um outro nível que se prenderá com a forma de prestação desse tipo de trabalho e que deve também ser enquadrado com as soluções clássicas para esses casos que até já existem previstas na lei.

Isso resultou bem do trabalho da comissão. Foi essa a posição do Grupo Parlamentar do PS e dos seus deputados na mesma e congratulamo-nos que o CDS/PP tenha reconhecido a valia e a sensatez desses argumentos e tenha resolvido, ele próprio, fazer uma alteração ao seu Projecto de Resolução, da qual tivemos conhecimento hoje, e que vai de encontro àquilo que é a nossa ideia nesta matéria, em termos de justiça e de razoabilidade.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente o Projecto de Resolução tal como ele fica depois da alteração apresentada pelo proponente.

**Presidente:** Não havendo mais intervenientes, vamos passar à votação deste Projecto de Resolução relativo à revalorização e reestruturação da carreira de todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos ainda a outro **Projecto de Resolução – “Estabelecimento nos Açores como Região pela Vida”**, apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\*) Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP também trouxe a esta casa e apresenta hoje, para votação, um Projecto de Resolução “Açores pela Vida”.

Na sequência do referendo do aborto foi promulgada legislação nacional que não pomos em causa e entendemos que se deve aplicar na Região. Não é disso que se trata e não estamos a pôr em causa.

O que se trata aqui é de dar condições àquelas mães que queiram ter os seus filhos, promovendo uma maternidade responsável e para isso que sejam aprovadas um conjunto de medidas como **reforçar** a educação sexual nas escolas, melhorar as condições de acesso às consultas de planeamento familiar, melhorar a educação sexual nas escolas, distribuir contraceptivos às mulheres que o queiram fazer e, sobretudo, em condições de confidencialidade, o que é muito importante, e relembro aqui também a Associação de Planeamento Familiar, em relação à prevenção do recurso ao aborto, uma série de medidas que sejam dum conhecimento mais rigoroso do uso da contracepção, a melhor educação contraceptiva na população jovem e adulta e reforçar programas de educação sexual, programas da saúde reprodutiva de grupos socialmente mais vulneráveis.

Como eu disse na Comissão, quando apresentamos este Projecto, não fomos com uma atitude dogmática e fechada.

Julgo que somos todos pela vida e quando foi da questão do referendo do aborto, todos somos pela vida, todos éramos pela vida, todos devemos ser pela vida e nesse sentido o CDS/PP propõe que seja aprovado este Projecto de Resolução.

Não pomos em causa a aplicação da lei nacional nem a rebatemos. Quem quiser optar por esse meio tem oportunidade de o fazer. Julgamos é que se dever dar oportunidade a quem não quer optar por esse meio e queira ter os seus filhos.

Julgo que todos conhecem bem o Projecto e, como já disse na Comissão, não partimos com uma posição dogmática. Julgo que está também em condições de ser votado e, repito, quanto a nós deveríamos ter a votação favorável desta Câmara.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente, como acabou de frisar o proponente, este Projecto de Resolução esteve na Comissão de Assuntos Sociais, foi apresentado pelo seu proponente, tivemos a audição de dois Secretários implicados no âmbito daquilo que ele propõe e também, como disse o proponente, ele é um Projecto de Resolução datado da altura que resulta do referendo da IVG e também datado, porque aparece imediatamente no dia a seguir ou mesmo no próprio dia da publicação da Lei 16/2007, precisamente a lei que trata da questão da exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez.

Portanto, este Projecto de Resolução surge com um enquadramento específico, claramente ideológico que é aquele que o CDS/PP teve a oportunidade de expandir durante a campanha do referendo e que conflitua na maioria das suas matérias com aquela que foi e que é a posição do PS sobre esta mesma matéria.

Assim sendo, parece-me que a posição do PS, e não a vou repetir, é obviamente uma posição divergente no sentido em que tudo aquilo sobre o qual este preâmbulo expõe, não vai no mesmo sentido que o PS entendeu e entende que devia ser o tom deste debate.

Obviamente que estamos todos de acordo com o Sr. Deputado em matéria de protecção da vida, em matéria das diversas maneiras de protecção da maternidade, defendemos a vida, defendemos o seu valor, mas entendemos que o conteúdo deste Projecto de Resolução, e deixem-me também tornar isto claro, não está tanto ligado com o seu preâmbulo, porque como todos bem sabemos o preâmbulo não constitui lei neste sentido, mas o conteúdo dos pontos do Projecto de Resolução, isso, sim, já constitui e nomeadamente o PS não pode, por exemplo, estar de acordo com aquilo que é defendido nos pontos 1 e 9, porque nos parece que esses pontos subscrevem princípios com os quais não estamos de todo em acordo.

O primeiro é uma questão que me parece obviamente não fazer sentido, porque esta Região é uma região pela vida, de per si, e não fazia sentido estar a dispor num Projecto de Resolução que passasse a ser.

O nº 9, por exemplo, a que também fiz referência, aborda uma questão que nos parece inexequível e não faz sentido estar enquadrada neste Projecto de Resolução.

Lamentamos que esta posição não possa ser outra, porque este Projecto de Resolução tem alguns pontos com os quais estamos perfeitamente de acordo. Saliento, por exemplo, o nº 2 que dispõe a necessidade de reforço da educação sexual nas escolas. É uma medida que o Governo Regional leva a cabo e que aqui apenas se vê a intencionalidade de reforço desta medida. Nesta matéria estamos de acordo.

O PS também entende que se calhar há a necessidade de concertar melhor o trabalho que é feito nas escolas, de o intensificar, de lhe dar uma nova eficácia.

Posso referir-me a outros pontos, como a questão das consultas e de planeamento familiar, a questão do apoio técnico que possa ser dado ao nível psicológico, ao nível social. Também nisso estamos de acordo.

Portanto, o Projecto de Resolução, tem pontos com os quais nos identificamos e nos quais nos revemos, mas tem também outros pontos com os quais estamos em profundo desacordo e por isso este Projecto de Resolução merecerá o nosso voto desfavorável.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Este Projecto de Resolução de alguma forma pretende reintroduzir na vida política regional o debate relativamente ao último referendo relativo à interrupção voluntária da gravidez e o PSD entende que é desadequado a este tempo, resolvido que era o pressuposto do referendo, voltarmos a ressuscitar esse debate.

De resto, o PSD, por uma questão de coerência, sempre teve a posição de não induzir, indicar o sentido de voto relativamente a uma matéria com a importância e com a envolvimento e intimidade da vida humana, como é o referendo ao aborto.

Nessa medida, o PSD logo depois do referendo, no plenário imediatamente após esta consulta popular, assumiu a sua posição de forma clara e precisa, exactamente apontando quais eram os caminhos que deviam ser tomados na sequência do resultado.

Na sequência disso e dando consequência prática à sua posição, o PSD já apresentou nesta Assembleia um Projecto de Resolução no sentido de ser implementado com eficácia o diploma que existe neste momento.

Já existe legislação nos Açores, aprovada em 2000 que exactamente, na perspectiva do PSD, enquadra legislativamente aquilo que é necessário para os Açores.

Isso existe e na perspectiva do PSD isso não está a ser cumprido devidamente, mas como todos os processos, como ainda hoje tive oportunidade de referir aqui, são processos evolutivos, em permanente aperfeiçoamento é preciso que se aperfeiçoe este processo.

Por isso, o PSD entende que o debate está concluído e é preciso tomar medidas. As medidas legislativamente existem, no entanto não estão implementadas como entendemos que deveriam estar.

Por isso entendemos que não é adequado neste momento haver como que uma apropriação de resultados de referendo em termos políticos, que já estão resolvidos e o referendo, como todos nós sabemos, é o referendo nacional, e tentar autonomizar, conforme o PSD defendeu logo depois do referendo, efeitos jurídicos do referendo nos Açores, conforme já foi referido noutra ocasião, poderá pôr em causa questões de inconstitucionalidade.

Por outro lado, o PSD manifesta a sua discordância relativamente à proposta ínsita no nº 9, no sentido de que as grávidas, conforme está referido na proposta, residentes

noutras zonas do território nacional, com dificuldades económicas, mudem a sua residência para os Açores, parece-nos que não é adequado neste tempo, e sobretudo com os propósitos que o PSD vê neste tipo de matérias, permitir que pessoas de outras terras venham para os Açores para poder ter vida. A vida, na opinião do PSD, deve fazer-se em todos os lugares do mundo; em todos os lugares onde exista vida deve ser promovida a vida e não só, na perspectiva do PSD, num reduto, qual aldeia gaulesa onde isso possa ser possível. Entendemos que isto não é adequado.

Entendemos por isso que há aqui um ou outro aspecto deste Projecto de Resolução que não merece a concordância do PSD por ir no sentido contrário àquilo que o PSD defendeu durante todo este debate que é no sentido de não haver leituras nem dividendos político-partidários de algo que foi o referendo nacional, que está decidido, que está claramente resolvido de toda esta situação e o que é preciso é promover políticas de vida que façam com que as mães, as mulheres, os homens, as famílias não precisem de abortar para ter boas condições de vida, exactamente no sentido de que é preciso cumprir com o planeamento familiar, educação sexual, se analisar por que é que nos Açores há mais adolescentes grávidas do que no resto do País e no resto da Europa. É preciso avaliar tudo isso.

Portanto, grande parte deste Projecto deve ter a nossa concordância, coincide com a nossa posição, tudo o que tem a ver com a importância do planeamento familiar, da educação sexual, da preservação da vida, de criar condições para a vida. Tudo isto tem a nossa concordância.

Não tem a nossa concordância designadamente o aspecto que tende a autonomizar efeitos dum referendo que foi nacional e sobretudo a questão de estipular em termos parlamentares, em termos de resolução que uma mulher de qualquer ponto do país que não quer abortar venha para os Açores. Parece-nos que isso não é adequado e não merece a confiança do PSD.

Porque uma parte deste Projecto coincide com a posição do PSD sobre esta matéria e outra parte não coincide, obviamente que o PSD vai abster-se exactamente porque não está contra este projecto.

Há aqui aspectos neste Projecto de Resolução que merecem a nossa clara concordância, há outros aspectos que não e nessa medida vamos abster-nos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, como eu disse no início, não partimos para isto com uma posição dogmática. Nós consideramos que isto é uma matéria muito importante para os Açores na defesa da vida. Nessa medida, gostaria de pedir um intervalo de 10 minutos.

**Presidente:** O Sr. Deputado pede um intervalo de 10 minutos, está no seu direito. Estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 19 horas e 40 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, peço-vos que ocupem os vossos lugares.

Pedia aos líderes parlamentares para se abeirarem aqui da mesa.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a conferência de líderes decidiu, por unanimidade, concluir ainda hoje este ponto da nossa ordem de trabalhos. É isso que vamos fazer.

*(Eram 20 horas e 20 minutos)*

Tem a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que se chegou aqui a um consenso e agradeço aos grupos parlamentares terem aceite votar este Projecto hoje, porque amanhã pelas 15,00 horas é-me impossível aqui estar. De maneira que agradeço antecipadamente a todos.

Face ao que aqui foi dito quando apresentei o Projecto de Resolução, foi feito aqui pelo PS uma crítica, manifestando as suas discordâncias, que não concordavam com o ponto 1 e o ponto 9 e o PSD não concordava também com o ponto 9, e como disse a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que fez considerações a respeito do preâmbulo e como muito bem disse o preâmbulo não é objecto de aprovação, o que se aprova aqui são as medidas que o Projecto de Resolução propõe, deste modo já distribuí aos

grupos parlamentares e ao Sr. Deputado Independente uma proposta de alteração em que retira daqui “as legislativas”.

Penso que estão claras as alterações que proponho. Cai os pontos 1 e 9 e o resto é igual.

Julgo que nessa medida estamos em condições de merecer outro sentido de voto daquele que foi há bocado manifestado aqui, quer pelo PS, quer pelo PSD e neste ponto não me alongaria muito mais.

**Presidente:** O Sr. Deputado disse que já tinha distribuído aos Grupos Parlamentares e como penso que será um texto diferente deste, agradeça que me entregasse.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

**(\*) Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efectivamente estamos perante um Projecto de Resolução que, em grande medida, não coincide com aquele que foi há pouco apresentado, que traz inclusivamente alterações, do nosso ponto de vista, bastante significativas.

Como sabemos e como eu ainda há pouco tive a oportunidade de dizer, nós temos na Região um decreto legislativo regional que enquadra estas matérias relacionadas, quer com o planeamento familiar, quer também com a educação sexual nas escolas.

Este decreto legislativo é abrangente, do nosso ponto de vista é também pertinente e está em execução, reconhecendo que nalgumas medidas com mais eficácia que noutras, está em plena execução.

Todas as medidas que o CDS/PP resolveu manter neste novo Projecto de Resolução vão ao encontro daquilo que eu tive oportunidade de referir na minha intervenção há pouco como medidas com as quais nós estamos de acordo: reforço da educação sexual nas escolas, a promoção da educação sexual em outras instituições e a criação de condições para a existência do maior número de consultas regulares.

Portanto, há aqui um ênfase semântico no reforço daquilo que já existe e de medidas que estão até, nalguns casos, em plena execução na Região.

Por outro lado, houve o cuidado de expurgar o Projecto de Resolução de uma componente mais ideológica do que a que tinha e, portanto, parece-nos estar de

acordo exactamente com aquilo que eu tive oportunidade de referir na minha intervenção.

Neste sentido nós não vamos manter o voto que tinha anunciado, porque consideramos que essas medidas são exequíveis, são pertinentes e vão ao encontro daquilo que nós Grupo Parlamentar do Partido Socialista também defendemos, vamos votar favoravelmente este Projecto de Resolução.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com efeito o PSD saúda a evolução que o Partido Popular teve relativamente a este Projecto de Resolução e sobretudo saúda porque este Projecto vai de encontro àquilo que é a posição do PSD sobre esta matéria, anunciada aqui por diversas ocasiões, logo na terça-feira posterior ao referendo, quando apresentámos aqui um Projecto de Resolução e quando o Sr. Deputado apresentou aqui este Projecto de Resolução.

Saúdo que a sua posição vá de encontro àquilo que é a posição do PSD sobre esta matéria e que tenha expurgado deste Projecto de Resolução aquilo que merecia a nossa discordância.

Portanto, aquilo que está agora aqui em causa coincide, com aquilo que em parte o PSD já propôs e está em sede de comissão, mas com uma diferença: o PSD entende que estas matérias, pela importância que têm e sobretudo pelo envolvimento social que têm, merecem um debate cuidado, aturado, envolvendo um conjunto de instituições. É por isso que o Projecto do PSD não está aqui hoje a ser discutido, porque se entendêssemos que estava em condições, ele estaria hoje aqui também a ser debatido.

O PSD entendeu que esta matéria deveria merecer um debate envolvendo um conjunto de entidades, desde logo as associações ligadas ao planeamento familiar, os professores, os médicos, ou seja, em termos de educação de saúde envolvendo um conjunto de entidades. Esta é a diferença da nossa proposta para a sua que, de resto, no conteúdo e no objecto, em grande parte coincide.

Portanto, vamos votar a favor na certeza de que seria importante que essa matéria merecesse outro tipo de acompanhamento e de envolvimento.

O PP entendeu pôr já à discussão este Projecto e muito bem. O que entendemos é que não vai ser prejudicado, como é óbvio, aquele debate e aquela reflexão que entendemos necessária, porque a Comissão de Assuntos Sociais já tem agendado um conjunto de audições sobre esta matéria que me parece que irão contribuir para que esta Assembleia possa estar provida de todos os conhecimentos e elementos necessários a uma matéria com esta importância.

Por isso o PSD vai votar a favor com estes condicionalismos que referi e nestes pressupostos que entendemos adequados.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções, vamos votar este Projecto de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

**(\* Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que o resultado final foi este.

Julgo que os todos açorianos ficaram a ganhar com isso e ainda bem que todos conseguimos ver isso.

Eu disse desde o início que não partia para isto com uma posição dogmática e fechado e foi isso que fiz, acolhi as sugestões dos outros. É assim a evolução normal de um processo e acabámos de o ver neste Projecto de Resolução.

O CDS/PP apresentou este Projecto de Resolução em devido tempo, foi à comissão em devido tempo, foi agendado e em condições de ser votado.

Como eu disse, não partimos com posições dogmáticas.

A nossa proposta foi aprovada no essencial e tem aqui matérias como o auxílio social e económico às grávidas que são obviamente diferentes.

O PSD tem todo o direito de apresentar as propostas que entender e muito bem. Nós apresentamos esta em devida altura, que foi votada hoje e muito bem. Estamos satisfeitos por isso. Na altura devida a do PSD será também, naturalmente, votada.

Muito obrigado.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminamos os nossos trabalhos por hoje e retomaremos amanhã pelas 10,00 horas.

Boa noite a todos.

*(Eram 19 horas e 50 minutos)*

*(\*) Texto não revisto pelo orador.*

***Deputados que entraram durante a Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**José Gabriel Freitas Eduardo**

***Partido Popular (PP)***

**Artur Manuel Leal de Lima**

***Deputado Independente (Ind.)***

**Paulo Domingos Alves de Gusmão**

***Deputados que faltaram à Sessão:***

***Partido Socialista (PS)***

**Maria Fernanda da Silva Mendes**

**Nuno André da Costa Soares Tomé**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**José Manuel Cabral Dias Bolieiro**

---

**Documento Entrados**

**PARECER SOBRE O PROJECTO DE DECRETO-LEI QUE PROCEDE À SEGUNDA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 387/90, DE 10 DE DEZEMBRO, QUE DEFINE AS NORMAS APLICÁVEIS À DENOMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO NÃO SUPERIOR PÚBLICOS – REG. DL 362/2007**

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Junho de 2007 a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Decreto-Lei que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino não superior públicos – Reg. DL 362/2007.

## **CAPÍTULO I**

### **Enquadramento Jurídico**

O Projecto de Decreto-Lei é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A audição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerce-se no âmbito do direito de audição previsto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 2, do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como do disposto nos termos da alínea i) do artigo 30.º e do artigo 78.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.



## **CAPÍTULO II**

### **Apreciação na Generalidade e na Especialidade**

O Projecto de Decreto-Lei em apreciação visa proceder à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro, que define as normas aplicáveis à denominação dos estabelecimentos de educação e ensino não superior públicos, com o objectivo de instituir denominações simplificadas e com significado social para as localidades e populações que servem e simplificar os procedimentos de instrução do processo, nomeadamente através do recurso às novas tecnologias.

Da análise deste Projecto a Comissão Permanente dos Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores entende que:

A Lei Constitucional nº1/2004 de 24 de Julho, no seu artigo 227º reconhece às Regiões Autónomas um conjunto de poderes “a definir pelos respectivos estatutos”, sendo que a alínea a) determina como competência “legislar no âmbito Regional em matérias enunciadas no respectivo estatuto político-administrativo e que não sejam reservadas aos órgãos de soberania”.

Nos termos da mesma Lei e de acordo com o artigo 46º o âmbito material da competência legislativa da Região Autónoma dos Açores é o constante do artigo 8º do respectivo Estatuto Político-Administrativo até à sua eventual alteração.

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, Lei nº 61/98, ao definir os poderes legislativos ou de iniciativa legislativa da Região claramente consagra a educação como matéria da competência dos órgãos de soberania regionais.

A Região tem vindo a legislar no âmbito da educação, na concretização destes poderes. No caso em apreço, as normas aplicáveis à criação, tipologia e denominação dos estabelecimentos de educação e de ensino não superior, bem como à adopção dos respectivos símbolos identificativos, na Região Autónoma dos Açores foram já alvo de legislação regional própria encontrando-se definidas no Decreto Legislativo Regional n.º 12/1005/A, de 16 de Junho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/A, de 6 de Setembro.

Assim, e existindo na Região legislação própria regional sobre a matéria em apreço conclui-se pela não aplicabilidade do Decreto-Lei em análise à Região Autónoma dos Açores.

### **CAPÍTULO III**

#### **Parecer**

Face ao exposto e no respeito pelos princípios autonómicos constitucionalmente consagrados, a Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores concluiu pela não aplicabilidade das disposições legais constantes no Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro e, conseqüentemente, da iniciativa legislativa em apreciação à Região Autónoma dos Açores pelo que deliberou, por unanimidade, não emitir parecer.

Horta, 13 de Junho de 2007.

**A Relatora,** *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** *Cláudia Cardoso*

**PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS QUE DESIGNA O ALTO COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL, I.P., COMO ORGANISMO NACIONAL DE COORDENAÇÃO DO ANO EUROPEU DO DIÁLOGO INTERCULTURAL – REG. R 408/2007**

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reuniu na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, no dia 13 de Junho de 2007 a fim de apreciar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Resolução do Conselho de Ministros que designa o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., como organismo nacional de coordenação do Ano Europeu do Diálogo Intercultural – Reg. R 408/2007.

## **CAPÍTULO I**

### **Enquadramento Jurídico**

O Projecto de Resolução do Conselho de Ministros é enviado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para audição por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

A audição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores exerce-se no âmbito do direito de audição previsto na alínea v) do n.º 1 do artigo 227º e no n.º 2, do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa, bem como do disposto nos termos da alínea i) do artigo 30.º e do artigo 78.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A apreciação do presente Projecto de Decreto-Lei pela Comissão Permanente de Assuntos Sociais rege-se pelo disposto no n.º 4 do artigo 195.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

## **CAPÍTULO II**

### **Apreciação na Generalidade e na Especialidade**

O Projecto de Resolução em análise dá cumprimento ao previsto na Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, Decisão n.º 1983/2006/CE, de 18 de Dezembro de 2006, que designa 2008 como Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

Nos termos do artigo 4.º da referida Decisão, a cooperação dos Estados-Membros faz-se através da designação de um organismo nacional de coordenação encarregado de organizar a participação desse Estado-Membro no Ano Europeu do Diálogo Intercultural que garanta, de modo adequado, a participação dos vários intervenientes no diálogo intercultural a nível nacional,

regional e local e que assegure a coordenação, a nível nacional, das acções programadas.

A presente iniciativa, em conformidade com o disposto na Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, procede à designação do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI, I.P.), como estrutura nacional de coordenação do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, incumbindo-o de preparar e garantir a execução do programa de acção através do qual Portugal participará nesta iniciativa comunitária. Compete igualmente ao ACIDI, I.P. definir a estratégia, as prioridades e as acções a desenvolver durante o ano de 2008, bem como definir a calendarização das acções e a identificação dos instrumentos de financiamento.

Determina-se igualmente que o ACIDI, I.P. será acompanhado, na execução das competências que lhe são atribuídas, por uma Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, definindo-se a respectiva composição e competências.

Na especialidade é de salientar a previsão da participação das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira na Comissão Nacional de Acompanhamento do Ano Europeu do Diálogo Intercultural, dando cumprimento integral à associação dos intervenientes a nível nacional, regional e local, previsto no n.º 4 da Decisão n.º 1983/2006/CE, de 18 de Dezembro.

### **CAPÍTULO III**

#### **Parecer**

A Comissão de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao Projecto de Resolução em análise.

Horta, 13 de Junho de 2007.

**A Relatora,** *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** *Cláudia Cardoso*

---

**RELATÓRIO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 103º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.**

## **ANTE- PERÍODO LEGISLATIVO DE JUNHO DE 2007**

### **CAPÍTULO I**

#### **Generalidades**

1 – A Comissão Permanente de Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

i. Do Partido Socialista (PS)

- Catarina Furtado
- Cláudia Cardoso
- José Gabriel Eduardo
- Manuel Avelar
- Nélia Amaral
- Nuno Tomé

ii. Do Partido Social-democrata (PSD)

- António Gonçalves
- Costa Pereira
- Luís Henrique Silva
- Maria José Duarte

2 – Constituição da Mesa da Comissão:

Presidente – Cláudia Cardoso

Relatora – Nélia Amaral

Secretária – Maria José Duarte

## **CAPÍTULO II**

### **Reuniões Efectuadas**

A Comissão Permanente de Assuntos Sociais reuniu na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 30 de Maio.

Na reunião da Comissão o Deputado José Gaspar, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, substituiu a Deputada Catarina Furtado e os Deputados Clélio Meneses, António Ventura e Carla Bretão, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, substituíram os Deputados Maria José Duarte, Luís Henrique e Costa Pereira, respectivamente. Os Deputados Nélia Amaral e Nuno Tomé faltaram justificadamente.

## **CAPÍTULO III**

### **TRABALHOS REALIZADOS**

#### **Trabalhos desenvolvidos pela Comissão:**

##### **Reunião de 30 de Maio:**

1. Audições sobre o Projecto de Resolução do CDS / Partido Popular: Estabelecimento dos Açores como “Região pela Vida”. Foram ouvidas as seguintes entidades:
  - 1.1 O Deputado Regional proponente;
  - 1.2 O Secretário Regional dos Assuntos Sociais;
  - 1.3 O Secretário Regional da Educação e Ciência.
  
2. Audições sobre o Projecto de Resolução do PSD que “Propõe a realização, pela Comissão de Assuntos Sociais, do diagnóstico da real

situação na Região Autónoma dos Açores ao nível da maternidade na adolescência, e recomenda ao Governo Regional a efectiva aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2000/A que determina a adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual”. Foram ouvidas as seguintes entidades:

- 2.1 O Grupo Parlamentar proponente;
- 2.2 O Secretário Regional dos Assuntos Sociais;
- 2.3 O Secretário Regional da Educação e Ciência.

3. Análise, relato e emissão de parecer sobre o Projecto de Resolução do CDS / Partido Popular: Estabelecimento dos Açores como “Região pela Vida”.

**Votação:** Os Deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, reservaram as respectivas posições finais para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

## **CAPÍTULO IV**

### **Trabalhos Pendentes**

- Recomendação n.º 3/B/2006 do Exmo. Provedor de Justiça sobre o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º22/2005/A de 5 de Agosto nomeadamente no que concerne aos efeitos da aplicação do estipulado no seu art.º 40.º, n.º1, alínea d);
- Conta da Região Autónoma dos Açores de 2005.
- Projecto de Resolução do PSD que “Propõe a realização, pela Comissão de Assuntos Sociais, do diagnóstico da real situação na Região Autónoma dos Açores ao nível da maternidade na adolescência, e recomenda ao Governo Regional a efectiva aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 18/200/A que determina a



adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual”.

Horta, 11 de Junho de 2007.

**A Relatora,** *Nélia Amaral*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** *Cláudia Cardoso*

---

## **RELATÓRIO E PARECER SOBRE O PROJECTO DE RESOLUÇÃO – ESTABELECIMENTO DOS AÇORES COMO “REGIÃO PELA VIDA”**

### **CAPITULO I INTRODUÇÃO**

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu no dia 30 de Maio de 2007, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de apreciar, relatar e dar parecer, na sequência do solicitado por Sua Ex.<sup>a</sup> o Presidente da Assembleia, sobre o Projecto de Resolução – “Estabelecimento dos Açores como “Região pela Vida””.

O referido Projecto de Resolução deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no dia 17 de Abril de 2007 e foi submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Sociais, por despacho do Presidente da Assembleia, datado de 18 do mesmo mês, para apreciação e emissão de parecer até ao dia 17 de Maio de 2007. Foi solicitada a prorrogação do prazo para emissão do parecer, por um período de 30 dias, tendo a mesma sido autorizada.

### **CAPITULO II ENQUADRAMENTO JURIDICO**

O Projecto de Resolução em apreciação foi apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/PP nos termos do artigo 114.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aborda o poder de iniciativa.

O Projecto de Resolução foi enviado à Comissão Permanente de Assuntos Sociais ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 123.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em conjugação com o n.º 1 da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1-A/99/A.

A apreciação e emissão de parecer ao presente Projecto por parte da Comissão de Assuntos Sociais exercem-se em conformidade com o disposto na alínea *d)* do n.º 1 do artigo 23.º da Lei 61/98, de 27 de Agosto – Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e na alínea *a)* do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

### **CAPITULO III**

#### **PROCESSO DE ANÁLISE**

A Comissão deliberou ouvir em audição o Deputado proponente, o Secretário Regional com competência em matéria de Saúde, e o Secretário Regional com competência em matéria de Educação.

A Comissão reuniu, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, no dia 30 de Maio de 2007 para proceder às audições do proponente, do Secretário Regional dos Assuntos Sociais e do Secretário Regional da Educação e Ciência, assim como para analisar a Proposta de Decreto Legislativo Regional, elaborar o relatório e emitir o respectivo parecer.

#### **Audição do Proponente:**

O Deputado Regional do CDS/PP, Artur Lima, procedeu à apresentação do Projecto de Resolução afirmando que a escolha da forma de Projecto de Resolução se deveu ao entendimento que o seu partido tem de que o Governo Regional possui capacidade legislativa e que, por isso, este saberia qual a melhor forma de implementar aquilo que é proposto no Projecto em discussão.

O proponente identificou os objectivos principais do Projecto de Resolução referindo a intenção de: Assegurar que as mães sem condições económicas que pretendam ter e criar os seus filhos possam efectivamente fazê-lo; promover a maternidade responsável; criar ou reforçar, nos casos em que já existam, consultas nos centros de saúde.

A estes objectivos acrescem os de divulgar e de facilitar o acesso a meios contraceptivos, a par do reforço do aconselhamento e do acompanhamento necessário nos centros de saúde e do apoio psicológico às mães grávidas.

O deputado proponente reiterou ainda o facto deste projecto de Resolução não representar uma posição fechada sobre a matéria, considerando possível proceder a alterações. Recordou que, aquando do Referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, todos os partidos políticos se manifestaram a favor da vida e que a divergência se centrava na posição quanto à despenalização deste acto.

Considerou finalmente ser de crucial importância a aprovação deste Projecto de Resolução, uma vez que este permitirá aumentar a taxa de natalidade nos Açores e a consequente renovação da população.

#### **Audição do Secretário Regional dos Assuntos Sociais:**

O Secretário Regional dos Assuntos Sociais iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações sobre a aplicação do DLR nº18/2000/A de 8 de Agosto.

Neste contexto informou que desde 1997 existe na Região uma Portaria que permite a disponibilização gratuita de contraceptivos bem como a criação da consulta de planeamento familiar.

Referiu também que de 2001 a 2006 se verificou um aumento significativo das consultas de Planeamento Familiar, correspondendo a um crescimento de 10% ao nível dos Centros de Saúde e de 17,5% nos Hospitais.

Afirmou ainda que desde a aprovação do Decreto Legislativo Regional nº 18/2000/A, de 8 de Agosto, as unidades de saúde receberam orientações para desenvolver este projecto em parceria com a Secretaria Regional da Educação e Ciência e com os conselhos executivos das unidades orgânicas, tendo aquelas manifestado disponibilidade em fazer deslocar equipas médicas às escolas.

O Secretário Regional dos Assuntos Sociais referiu igualmente que o número de casos de gravidez na adolescência tem vindo a decrescer na Região, indicando que em 1996 se registaram 244 casos de gravidez na adolescência, número este que viria a baixar para 212 em 2000, e 175 em 2006.

Finalizada a apresentação o Secretário Regional dos Assuntos Sociais disponibilizou-se para responder às questões que os Senhores Deputados quisessem colocar.

O Senhor Deputado Artur Lima interveio para reafirmar o propósito do Projecto de Resolução, indicando que este apenas pretende incidir no reforço das consultas de planeamento familiar, dando como exemplo o nº 4 do Projecto de Resolução em que se “aponta para um maior número de consultas”. Salvaguardou ainda que a feitura deste projecto teve sempre subjacente um espírito construtivo, e acrescentou que não se pretendeu insinuar que nada tivesse sido feito, ou que o trabalho realizado até à data tivesse sido mal planeado ou mal implementado, pretendeu-se antes chamar a atenção para a necessidade de reforço das medidas já implementadas, no sentido permanente de melhorar o que já existe.

O proponente expressou satisfação pela diminuição da gravidez na adolescência, embora tenha considerado que o número de casos verificado em 2006 – 175 - ainda fosse grave. Por último, referiu-se ao problema da confidencialidade nas consultas de planeamento familiar, afirmando que num meio pequeno como é o nosso, a falta de confidencialidade pode afastar as jovens que, por exemplo, tomam contraceptivo e não querem que se saiba.

A finalizar reiterou a ideia de abertura por parte do seu partido e da disponibilidade para encontrar consensos.

Em resposta, o Secretário Regional dos Assuntos Sociais informou que as consultas de saúde materna existem, que na Região há pelo menos um centro de saúde que já tem uma consulta específica. Clarificou ainda que esta consulta funciona como acompanhamento à grávida, que não se destina apenas às mães, mas que abrange também as jovens a entrar na adolescência.

O Secretário Regional referiu que tem a intenção de melhorar as condições de recurso gratuito, e considerou ser positiva a redução verificada de casos de gravidez na adolescência.

Quanto ao projecto de Resolução do CDS/PP o Secretário Regional dos Assuntos Sociais referiu que este vem no sentido de consolidar as medidas do Decreto Legislativo Regional nº 18/2000/A, de 8 de Agosto, nomeadamente no que concerne à promoção de uma maior acessibilidade aos serviços. Chamou ainda a atenção para a necessidade de se garantir a confidencialidade das jovens que recorrem às consultas de planeamento familiar e que abandonam o Centro de Saúde por receio. Neste sentido, foi criada uma equipa técnica que identifica estas jovens e as escolas onde estudam, fazendo deslocar os técnicos à escola no sentido de manter o contacto com elas. Finalmente, e em relação ao reforço das consultas de planeamento familiar,

afirmou estar disposto a tudo fazer para melhorar a implementação do Decreto Legislativo Regional.

### **Audição do Secretário Regional da Educação e Ciência:**

O Secretário Regional da Educação e Ciência iniciou a sua intervenção frisando que a aplicação do Decreto Legislativo Regional nº18/2000/A, de 8 de Agosto, está a decorrer como previsto. Acrescentou que as escolas elaboram um relatório anual sobre esta matéria, que se está de facto a trabalhar neste domínio e que, de uma maneira geral, as escolas estão a cumprir com o estipulado. No que concerne à educação afectivo-sexual informou que ainda não está definido se vai ou não ser criada uma área específica nas escolas.

Comentando o Projecto de Resolução do CDS/PP, nomeadamente quanto ao seu ponto 2 “Reforçar a educação sexual nas escolas”, referiu ser seu entendimento poder-se proceder a esse reforço, acrescentando haver a possibilidade desta matéria ser integrada no currículo regional.

A finalizar entregou à presidente da Comissão um conjunto de orientações da Direcção Regional da Educação às escolas sobre a educação sexual para ser entregue aos senhores deputados.

De seguida procedeu-se ao período de debate. O deputado Artur Lima referiu que cabe ao Governo Regional decidir como vai ser integrada a questão do reforço da educação sexual nas escolas e que, em sua opinião, poderia passar pela sua integração no currículo regional, integrada em outras disciplinas, ou então incluída nas disciplinas de formação cívica e na de biologia. Questionou se poderia ser integrada na disciplina de Educação Moral e Religiosa.

O Secretário Regional da Educação e Ciência respondeu que a disciplina de Educação Moral e Religiosa é da exclusiva responsabilidade do Bispo da Diocese de

Angra pelo que é impossível integrar conteúdos de educação afectivo-sexual. Referiu, a este propósito, considerar que a educação afectivo-sexual se enquadra melhor nas áreas não disciplinares e que poderia ser integrada, por exemplo, na disciplina de educação cívica. Acrescentou que o que se verifica actualmente é que esta responsabilidade acaba por recair sobretudo nos professores de ciências e biologia.

## **CAPÍTULO IV**

### **APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE**

O Projecto de Resolução apresenta como justificação o sentido de voto verificado na Região Autónoma dos Açores aquando do referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez e , com base nele, propõe que o Governo Regional dos Açores implemente “um conjunto de medidas no sentido de dizer sim à vida, criando ... condições que permitam reduzir o número de gravidezes indesejadas, reforçar as políticas protectoras da maternidade, ... bem como políticas específicas de fomento da natalidade e de fixação da população.”

## **CAPÍTULO V**

### **PARECER**

Os Deputados do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, que integram a Comissão, reservaram as respectivas posições finais para o Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Angra do Heroísmo, 30 de Maio de 2007.

**A Relatora, *Nélia Amaral***

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente, *Cláudia Cardoso***

**O Redactor,** José Rodrigues da Costa